

O IMPACTO DO USO GENERALIZADO DAS TIC (TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO) NO CONCEITO DE DOCUMENTO Ensaio analítico-crítico (I)

Armando Malheiro da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CETAC.Media

armando.malheiro@gmail.com

Resumo

Na consolidação e desenvolvimentos das ciências, é crucial a atenção dispensada à base teórico-metodológica, em que ganha especial relevo a precisão de conceitos gerais e operatórios, relevantes tanto para a delimitação como para a indagação rigorosa do objeto de estudo. Esta premissa é válida para as ciências em geral e, muito particularmente, para aquelas que atravessam, por razões várias, dificuldades de ordem paradigmática. As Ciências da Comunicação e Informação constituem uma interdisciplina atravessada por esse tipo de crise e, nomeadamente, a Ciência da Informação, tendo em conta que esta precisa, entre outras urgências, de se ajustar a um paradigma emergente pós-custodial, informacional e científico, dentro do qual se impõe reexaminar noções centrais como a de informação e de documento em contraponto à generalização do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's), expressão demasiado genérica e vaga e, por conseguinte, de emprego pouco ou nada proveitoso em nível científico. Associados às TIC andam conceitos introduzidos pela Informática e

Abstract

In the consolidation and development of the sciences is crucial for your attention to theoretical and methodological basis for gaining particular attention to accuracy and general concepts operative, both relevant to the delimitation as to the question of the object of rigorous study. This assumption is valid for the sciences in general, and particularly for those going through, for various reasons, paradigm difficulties. The Communication and Information Sciences are an interdisciplinary crossed by this kind of crisis, and in particular, information science, taking into account that this must, among other emergencies, to adjust to a new paradigm post-custodial, informational and scientific, within which imposes reexamine notions as central information and document as opposed to the spread of Information Technology and Communication (ICT), expression too general and vague and therefore of little or no useful employment in the scientific point of view. Associated to ICT walk concepts introduced by the Computing and Computational Sciences, as the digital object, that information professionals have been quick to

pelas Ciências da Computação, como o de objeto digital, que os profissionais da informação têm se apressado em adotar e cujas implicações epistemológicas são óbvias, e, inevitavelmente, um debate em torno de concepções como a de Paul Otlet sobre documentação, com desenvolvimentos em Espanha no último quartel do séc. XX, e a teoria geral de informação e comunicação, lançada por um dos pais das Ciências da Informação e Comunicação em França, Robert Escarpit, em cuja escola se filia Yves Jeanneret, autor de um sugestivo e provocador livro: *Y-a-t-il vraiment des technologies de l'information? (2ª ed., 2007)*. Neste artigo parte-se da análise crítica de alguns conceitos-chave e das mencionadas concepções, tendo em vista uma perspetiva geral que ajude a reforçar a capacidade da CI, em particular, e das CCI em geral, de melhor se ajustar à complexidade dos temas e problemas que importa explorar na Era da Informação em que plenamente já estamos.

Palabras-clave: Ciências da Informação e Comunicação; Informação; Documento; Tecnologias da Informação e Comunicação; Objeto Digital; Doc-Media; Media-Doc.

Keywords: Information and Communication Sciences, Information, Document, Information and Communication Technologies, Digital Object; Doc-Media; Media-Doc.

1. Abertura

Como conciliar ou até manter a noção clássica de documento perante a extensiva difusão das tic- tecnologia(s) da informação e comunicação? Enfrentar esta questão implica um exercício complexo e de grande fôlego que estamos longe de esgotar aqui. Não obstante, não se pode fugir ao desafio e, quanto mais não seja, importa ousar, pelo menos, o esboço de um ensaio analítico e crítico com vista a uma discussão conceitual séria e abrangente.

Uma ousadia facilitada pelo fato de a problemática conceitual ser algo presente nas preocupações epistemológicas que venho gerindo e debatendo desde há mais de uma década. Primeiro em artigos e comunicações avulsas, depois reunindo essas contribuições em livro (SILVA, 2006). A estratégia seguida consistiu, pois, em eleger quatro pares de conceitos ou quatro binómios, repetindo-se o mesmo conceito em todos eles: documento e

informação; cultura e informação; informação e conhecimento e informação e comunicação (SILVA, 2006). E pode, facilmente, inferir-se desta sequência a ênfase deliberada no termo e no valor conceitual de informação, complementada pelo propósito operativo de confrontá-lo com os outros conceitos, tendo em vista a necessidade de mapeamento das questões, temas, casos e situações que consubstanciam a “matéria de estudo/pesquisa” da CI (e de onde é expectável saírem contributos vários para um nível mais prático ou aplicacional).

Tendo já tratado os binómios documento e informação e informação e comunicação, faz sentido, e é mais exato, apresentar o presente artigo como uma revisitação, embora se advirta, também, tratar-se de uma exploração de caminhos só agora concretizada. Leituras, posteriores à publicação dos textos reunidos no livro de 2006, possibilitaram a inclusão de aspetos até aí omissos e negligenciados, assim como a generalizada omnipresença da expressão tic/tecnologias da informação e comunicação (ou ainda ntic/novas tecnologias de informação e comunicação), demasiado ampla e vaga e, conseqüentemente, inútil como se verá mais adiante, torna, a meu ver, inadiável um debate profundo que é especial e próprio da CI, sobretudo se esta for assumida, como é na Universidade do Porto, ou seja, um espaço epistémico de convergência de duas “correntes” (podemos encará-las, também, como legados...): a humanístico-social, com raízes no iluminismo, na modernidade, no apogeu oitocentista da História-ciência durante o qual se geraram as denominadas “ciências auxiliares da História”, posteriormente convertidas, já em pleno séc. XX, em ciências documentais; e a tecnológica, com destaque para a informática, as ciências da computação e os sistemas de informação, nascida à sombra, após a segunda guerra mundial, da famosa teoria matemática da comunicação (celebrada equivocadamente como teoria da informação) de Claude Shannon e Warren Weaver (1948-1949) e da, não menos incontornável, cibernética de Norbert Wiener (1946-1953) (GLEICK, 2012).

Uma CI que não seja apenas reduzida à expressão anglo-americana information science, historicamente confinada à realidade política da guerra-fria e da aposta norte-americana numa “sociedade pós-industrial”, em que um dos seus eixos estruturantes passou a ser a “revolução informacional”, caracterizada sócio-criticamente, por Jean Lojkin (1999), não pode ser alheia às dúvidas que se levantem sobre a atualidade e a permanência do conceito

operatório de documento, agora que os conteúdos intelectuais – por exemplo, o texto escrito - são registrados em dispositivos eletrônicos e digitais de máxima convergência funcional, isto é, concentram em si funções técnicas e tecnológicas que foram aparecendo separadamente desde meados de oitocentos: a máquina fotográfica, a máquina de escrever, a máquina de filmar, o telégrafo, o telefone, o gramofone, a radiofonia, o giradiscos, a teledifusão, etc. As tic ou ntic absorvem conceitualmente esses dispositivos e incluem ainda algo que “corre” neles, indo para além deles porque são de natureza lógico-matemática e não puramente “mecânica” – os “sistemas operativos”, os sistemas de informação, as “aplicações de software”... Neste sentido, manifestamente mais complexo, será que as tic ou ntic trazem, objetivamente, uma nova operacionalidade conceitual, desfazendo em pedaços a noção antiga e estática de documento?

Esta interrogação, repleta de consequências, não configura para a CI e, mais ainda, para as Ciências da Informação e Comunicação-CIC, ou Ciências da Comunicação e Informação-CCI (SILVA, [2010]: 34-51), uma mera questão académica ou até bizantina, como será para os informáticos e para os cientistas da computação. Pelo contrário, constitui um imperativo que tem de ser aceite e debatido até à exaustão.

Não é realista pensar que é possível esgotar, aqui, tema tão complexo e, no mínimo, pluridisciplinar, mas será excelente conseguir, pelo menos, a abertura de um caminho mais longo e rico de pistas para ulteriores e melhores desenvolvimentos.

2. Para uma “arqueologia” dos fundamentos teóricos...

Não se pretende, obviamente, tecer, aqui, uma exaustiva sondagem ao lastro teórico fundamental dos conceitos em foco e das disciplinas profissionais e pretensamente científicas que os enquadram e lhe conferem inteligibilidade, pelo menos desde finais do séc. XIX, isto é, desde a importante e complexa segunda vaga de industrialização, ou conjuntura do imperialismo (1870-1945). Aliás, tal não seria possível num texto desta natureza. O objetivo deste ponto é mais modesto, sem fugir, porém, a uma incursão algo

longa por certos meandros da conceituação e da formulação teórica, com especial interesse e proveito para as questões centrais deste artigo.

2.1 Documento/documentação com (e após) Paul Otlet...

É sabido que o *Traité de la Documentation* (1934) do jurista, pacifista, bibliógrafo-documentalista e visionário belga Paul Marie Ghislain Otlet (1868-1944), foi um marco e, também, o ponto de chegada de um percurso iniciado pelo próprio autor (LEVIE, 2006), junto com outro belga, seu amigo, jurista e político socialista, Henri La Fontaine (1854-1943), que incluiu a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB, 1895) e, uns anos mais tarde, em 1910, do *Mundaneum* (funcionou no *Palais du Cinquantenaire*, em Bruxelas até 1940, vindo, o que restou após a invasão nazi, a ser transferido para a cidadezinha de Mons, Bélgica, no ano de 1998). Um marco que balizou a evolução de disciplinas (auxiliares da erudição histórica e filológica) como a bibliotecologia, a biblioteconomia, a arquivística e até a museologia, do ponto de vista teórico e, sobretudo, do ponto de vista profissional, na medida em que as necessidades documentais dos utilizadores modernos, isto é, dos cidadãos de sociedades sujeitas à segunda vaga de industrialização, abrangida pela que ficou designada, no Mundo ocidental, de conjuntura do imperialismo (1870-1918), exigiam um acesso aos conteúdos bem mais amplo, mais rápido e muito menos restritivo.

No *Traité*, cuja influência se espalhou pela Europa e por além-mar, o subtítulo – o livro sobre o livro, teoria e prática – deixava pairar uma ambiguidade perturbadora e, ao mesmo tempo, instigante: o livro tornava-se claramente objeto de estudo teórico e com fins práticos ou aplicacionais. E a noção de livro, folheando o texto, aparecia equívoca, pois o leitor acabaria por perceber que ali não se tratava apenas do artefato impresso, formado por cadernos em folhas de papel dobradas e cosidas e encadernados com capa mole ou dura... Logo nas primeiras linhas da apresentação, Otlet afirma ter querido fazer uma exposição geral das noções relativas “ao livro e ao documento” e ao emprego racional dos “elementos que constituem a documentação”. E, a seguir, no capítulo de “Fundamentos”, vale a pena destacar o objetivo que levou Otlet e La Fontaine a renovarem a biblioteconomia e a

lançarem as bases de uma profissão readaptada “aos tempos modernos” – a de documentalista:

Para volver accesible la cantidad de informaciones y artículos dados cada día en la prensa cotidiana, en las revistas, para conservar los folletos, informes, prospectos, documentos oficiales, para encontrar las materias dispersas en los libros, para hacer un todo homogéneo de estas masas incoherentes, son precisos procedimientos nuevos, muy distintos de los de la antigua biblioteconomía, tal y como han sido aplicados? (OTLET, 1934, 1996: 6)

A partir deste objetivo, enunciado logo de início e com toda a clareza, Otlet fixou os princípios da Documentação:

Los principios de la documentación organizada consisten en poder ofrecer sobre todo orden de hecho y de conocimiento informaciones documentadas: 1.º universales en cuanto a su objeto; 2.º seguras y verdaderas; 3.º completas; 4.º rápidas; 5.º al día; 6.º fáciles de obtener, 7.º reunidas por anticipado y dispuestas para ser comunicadas, 8.º puestas a disposición del mayor número (OTLET, 1934, 1996: 6).

Princípios aplicados a um conjunto formado por variadíssimas partes. Segundo Otlet, a documentação incluía os documentos particulares (cada um dos quais forma um agregado de fatos ou de ideias apresentadas sob a forma de texto ou imagem e ordenada segundo uma classificação ou um plano), a biblioteca (coleção de documentos mantidos cada um em sua integridade individual – livros e publicações diversas de todas as espécies), a bibliografia (a descrição e classificação dos documentos: dos livros, publicações periódicas, artigos de revistas, etc., distinguindo-se entre a bibliografia conceitual, que utiliza diretamente as bibliografias especiais existentes, e a bibliografia analítica, que consiste no exame detalhado, do ponto de vista dos repertórios a formar, das bibliografias gerais e do exame das resenhas de obras que aparecem nas revistas), os arquivos documentais (os arquivos ou dossiês que compreendem as peças originais e os pequenos documentos em sua integridade ou por fragmentos), os arquivos administrativos (compreendem folhas, cartas, volumes,

estatísticas, contas relativas a um organismo), os arquivos antigos (formados por documentos antigos, ordinariamente manuscritos e originais, relativos à administração de antigamente e que abrangem sobretudo os títulos jurídicos dos organismos públicos e os papéis privados das famílias e estabelecimentos comerciais), os documentos de qualquer outra índole que não fossem bibliográficos e gráficos (a música, as epígrafes, os procedimentos técnicos recentes pelos quais se registra e transmite a imagem da realidade em movimento – cinema, filme, filmoteca – e o pensamento falado – fonógrafo, disco, discoteca), as coleções museográficas (são os modelos, as peças diversas, tudo o que é útil à documentação, mas que se apresentam como objetos de três dimensões) e a enciclopédia (consiste na obra de codificação e de coordenação dos dados por si mesmos, dando lugar a extratos e retranscrições no marco de uma sistematização única) (OTLET, 1934, 1996: 6-7).

A noção otleana de documento e a disciplina científica criada para se ocupar dele ganharam, como fica bem visível, uma tal amplitude que não custa perscrutar a intenção de substituir disciplinas como a biblioteconomia/bibliografia e até a arquivística (de origem histórica) pela documentação ou bibliologia, convertida em disciplina científico-profissional do séc. XX, e de ir mais longe, antecipando a ênfase na informação, no acesso ao conteúdo de todo e qualquer documento. Um acesso só possível em larga escala e sem barreiras desde que intensificadas as operações urgentes de catalogação e de classificação. O contributo de Otlet, do indiano Ranganathan e de outros ocorreu dentro daquilo que tem sido designado por paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista, introduzindo precisamente a variável da técnica, ou da normalização, ou do apuramento e detalhe na elaboração dos instrumentos de pesquisa, isto é, fichas catalográficas, classificações, vocabulários controlados nesse longo e ainda dominante paradigma (vem desde os finais do séc. XVIII e não se pode dizer que esteja morto ou sequer moribundo – SILVA; RIBEIRO, 2011: 24-40; SILVA; RIBEIRO, 2012: 118-121), que tende a ser substituído, a prazo, pelo emergente paradigma pós-custodial, informacional e científico (SILVA; RIBEIRO, 2011: 41-84; SILVA; RIBEIRO, 2012: 121-123). E, por ter ocorrido numa fase de maturação crítica do paradigma custodial e num tempo histórico de transição da sociedade industrial para a pós-industrial, a proposta de Paul Otlet foi bem absorvida por um movimento forte de expansão da informação científica e técnica

(SILVA; RIBEIRO, 2010: 55-71). Em rigor o desenvolvimento das ciências naturais e exactas e da acelerada transferência das descobertas científicas para o universo das empresas transformadoras, com implicações diretas num exponencial de consumo, levou a que a publicação de resultados e a sua consulta imediata e generalizada se tornassem prioridades. A documentação converteu-se, assim, num instrumento estratégico para o “progresso técnico”¹ (e económico) e ainda mais na conjuntura do pós-II Guerra, tal como Jean Fourastié a descreveu e, a partir dela, anunciou um novo ciclo estrutural – a “civilização do terciário” ou “setor dos serviços” - com uma data previsível de arranque, consolidado em 1974 (FOURASTIÉ, 1963). E esta dinâmica histórica possibilitou, também, que a documentação científica e técnica se automatizasse nos Estados Unidos da América, onde, no início dos anos sessenta, surge sob uma nova expressão destinada a caracterizar tanto a profissão emergente, como a disciplina ancorada na novidade surpreendente da computação – a *information science* (LILLEY; TRICE, 1989; LINARES COLUMBLÉ, 2005).

França e Espanha são dois exemplos possíveis, entre vários, que mostram como a formação de documentalistas e a gestação de uma “teoria da documentação” se tornaram inevitáveis e prepararam terreno ao processo que estamos a viver atualmente de apropriação das *tic* em todas as dimensões e setores de atividade (social, económica, política, culto-mental, etc.).

O caso francês é, sem dúvida, mais complexo e aí a fragmentação profissional é aguda, havendo, inclusive, afastamento entre os documentalistas, ou gestores de documentos, e os especialistas em “inteligência competitiva” que usam, à vontade e de forma intensiva, aplicações informáticas ao serviço da obtenção rápida e eficiente de resultados, nomeadamente na tomada de lucrativas tomadas de decisões por parte dos gestores de topo. Por seu turno, os arquivistas, mesmo esforçando-se por modernizar a sua ação, correm separadamente dos outros profissionais da informação e, mais ainda, dos especialistas em

¹ Vem muito a propósito destacar as seguintes considerações de Fourastié: “Parmi les facteurs de progrès que je recommanderais volontiers à l’homme d’action dans le monde moderne, je placerais presque sur le même plan deux éléments fondamentaux: une modification de la mentalité statique en mentalité progressiste, avec prise de conscience de la nécessaire évolution du monde actuel; et en second lieu l’idée que l’information peut être un remède à l’instabilité. Le sentiment d’instabilité vient en effet, du défaut d’information ou, du moins, du défaut d’information suffisamment préalable” (FOURASTIÉ, 1963: 337).

TIC. Não obstante este quadro de crítico “divisionismo”, surgiu, na década de setenta de novecentos, uma área académico-institucional – as Ciências da Informação e Comunicação (CIC) – em que as atividades de documentalista e de gestão de informação têm vindo a cruzarem-se e até a interpenetrarem-se bastante, o que é, sem dúvida, um promissor sinal. Promissor, mas ainda débil como provam os balanços que vão sendo feitos sobre o número de investigadores e a quantidade de projetos e trabalhos distribuídos pelas linhas de pesquisa desta área oficial: a pesquisa em si, além de demasiado aplicada, está fortemente tutelada, quer pela vertente tecnológica, quer pela sociologia, que é a ciência-matriz das CIC. Voltarei a este importante tópico, mais adiante, ao apresentar a “teoria geral” de Robert Escarpit.

Para já, convém que nos concentremos um pouco no caso espanhol e, de imediato, ressalta o fato dos jornalistas e dos especialistas em comunicação terem se apropriado do termo informação, sendo certo que ele reapareceu no séc. XIX, com o sentido específico de notícia, e este sentido “institucionalizou-se” no país vizinho. Esta apropriação obriga a que seja, algo tímido e condicionado, o emprego de informação na área documental. É curioso notar que um fato de natureza discursiva explica, em parte, como se mantém, no âmbito espanhol, a explícita e enfática referência ao documento, ao documental, à documentação (em linha com o essencial do legado otleano), mesmo quando é evidente o deslocamento mais acentuado para os conteúdos, seu tratamento e recuperação (informação). Daí um claro desdobramento que está sendo feito, cada vez mais, pelos colegas espanhóis, e que tende a tornar indissociáveis os dois termos: documentação e informação ou informação documental.

Percebe-se esta tendência na literatura produzida e convém destacar, aqui, para o desiderato “arqueológico” que me propus, a “teoria da documentação” de José López Yepes (1978) que, em larga medida, balizou o modo como até agora tem sido glosada esta temática. E o autor do prólogo ao livro, José Maria Desantes Guanter, afirmou-a sem rodeios: “la documentación es un de los posibles objetos de la información”. E um pouco mais adiante sublinha: “no se puede negar que documentación e información constituyen fenómenos acoplados” (DESANTES GUANTER, 1978: xix e xx). Ideia a que López Yepes deu

especial relevo. Defrontou-se, aliás, com a necessidade de articular os dois conceitos e de matricular a respetiva complementariedade na Introdução da sua obra:

El camino exclusivo y propio de la Ciencia de la Documentación, con el objetivo principal de concebir su construcción unitaria conceptual, podemos esquematizarlo, a la luz de las afirmaciones anteriores, como sigue:

1. La ciencia de la Documentación es ciencia y es información. Como ciencia se enmarca en el contexto de la Ciencia de la Ciencia y, por ello, utiliza los conceptos de la misma. Como información se aprovecha de los conceptos de las ciencias de los procesos informativos. Los dos componentes se unen con el objeto de estudiar los procesos de comunicación científica tendentes a establecer las bases de los nuevos conocimientos.
2. La Ciencia de la Documentación es generalizadora en sentido objetivo y a nivel especulativo, es decir, como rama de la Ciencia de la Ciencia para establecer la mayor perfección del proceso de la comunicación científica, pero es especializada en sentido subjetivo por cuanto debe dirigir-se al perfeccionamiento de los procesos de comunicación de la información científica en un campo de saber determinado (LÓPEZ YEPES, 1978: 5).

Para este teórico espanhol, utilizando fontes de referência, nomeadamente, dicionários da língua castelhana, documento significa “ensino moral”, sentido que se manteve, desde 1490 até bem entrado o séc. XX – documento é ensinamento, assim como prova, no campo jurídico e no terreno dos gramáticos. Ao enfatizar esta aceção, López Yepes ancora melhor a sua perspectiva teórica de uma ciência da documentação que opera dentro da ciência da ciência e da comunicação científica (o autor não esclarece, porém, se implicitamente está a mencionar a sociologia da ciência, o que, aliás, me parece óbvio...), como ficou visto. E ao fazer isto, assume, numa via especializada e restrita, o legado de Otlet e de La Fontaine (entrado em Espanha através do entusiástico esforço de Javier Lasso de la Vega), dedicando àquele e à ação conjunta de ambos algumas páginas de útil leitura (LÓPEZ YEPES, 1978: 30-66).

Partindo desta base, o autor prossegue distinguindo, no quadro espanhol que ainda hoje subsiste, três coordenadas complementares: a ciência da documentação geral (base e suporte); a ciência da documentação das ciências da comunicação social, chamadas em Espanha ciências da informação; e a ciência da documentação do trabalho informativo. E, tratando da primeira, abordou a polémica que ocupou vários autores, nomeadamente o holandês Th. P. Loosjes (e seu esquema de compromisso através do processo das quatro fases, ou do ciclo tetrafásico, assente em dois tipos de documentação – a ativa e a passiva), em torno de saber se a biblioteconomia integra a documentação (ponto de vista de sobreposição), se ambas existem em paralelo e separado (ponto de vista de justaposição), ou se a documentação surgiu como extensão funcional da biblioteconomia (ponto de vista de infraposição, patente na teoria de H. Kunze e desenvolvida de maneira mais profunda e sofisticada por Jesse Shera e M. E Egan (LÓPEZ YEPES, 1978: 84-92).

O elenco de autores que entraram nessa densa e viva controvérsia não cessa, sendo revisitados os contributos de Mohrhardt, Herman Libaers, Ashworth e Robert Hayes, o qual se distinguiu dos precedentes por ter defendido que a *Information Science* “se ha impuesto como parte integrante de la formación bibliotecaria y de los fundamentos teóricos de la Biblioteconomía, y es precisamente criterio de este autor poner en relación aquella ciencia con la de las bibliotecas” (LÓPEZ YEPES, 1978: 100).

Outros autores se sucedem, completando uma revisão de literatura à época bastante atualizada e oportuna. Nomes menos e mais conhecidos perpassam pelas páginas do teórico espanhol, não faltando, entre eles, a francesa Suzanne Briet (retomada mais adiante) que se baseou na noção de documento aprovada pela *Union Française des Organismes de Documentation*² e tornou famoso o exemplo de um antílope africano, desconhecido na Europa, e aí convertido em “documento inicial”, o alemão Erich Pietsch, químico de formação e defensor do binómio “*Documentación/Información, de tanta transcendencia en Alemania e incluso, como se ha sugerido antes, en España. Así, la Información se erige en la activación de la Documentación para la Investigación, con lo que de este modo se enlazan*

² Todo o indício concreto ou simbólico, conservado ou registado com o fim de representar, reconstruir ou provar um fenómeno físico ou intelectual (cit. por LÓPEZ YEPES, 1978: 109).

indisolublemente Documentación, Información e Investigación” (LÓPEZ YEPES, 1978: 126) ou, ainda, a norte-americana Pauline Altherton e o “trio russo” A. I. Mikhailov, A. I. Chernyi e R. S. Gilyarevskii. Em 1965, Altherton propunha o termo Informatologia e, nesse mesmo ano, o iugoslavo D. Isakovic propunha Documentologia, definindo-a *“la ciencia y la práctica de la elaboración y la organización de la información en todos los dominios científicos y técnicos comprendidos los de la economía y la sociología”* (LÓPEZ YEPES, 1978: 129) e expondo-a como nova designação de uma síntese dos traços distintivos da documentação e da informação, elevando-a à categoria de nova disciplina independente. Por sua vez, o posicionamento de Altherton, recolhido por Mikhailov e companheiros, ao sugerir a palavra informatologia para significar o estudo científico da atividade, relacionados com os métodos e os meios do processo informacional, tinha em mente que o objetivo do informatólogo *“es procesar los datos y acumular experiencia para determinar cuándo deben y cuándo no deben emplearse las computadoras”* (LÓPEZ YEPES, 1978: 130).

Mas, antes de dar o devido foco ao conceito de *informatika*, réplica soviética ao termo e conceito introduzido por Altherton, López Yepes começa a dar-nos, num novo capítulo, os contornos mais precisos da sua preferência ou posicionamento teórico, bem expressa no respetivo título – *“a ciência da documentação: ciência da informação documental”*. E, neste sentido, não surpreende que um ponto inicial consista em mostrar o processo documental como um processo informativo, compreendendo este *“un sujeto activo, que informa; un objeto de la información emitida a través de un medio de comunicación, y un sujeto pasivo, que recibe el mensaje comunicado y reacciona ante él. De modo paralelo, el proceso documental descansa en el proceso informativo y es una variedad de éste”* (LÓPEZ YEPES, 1978: 131-132). Se para o Autor, que estou seguindo, esta aproximação semântica e conceitual significa que o documento é um elemento integrante no processo comunicativo ou comunicacional, a minha concordância é plena. No entanto, não podemos esquecer que os comunicólogos tendem a não distinguir informação de comunicação, enquanto que para outros (entre os quais me incluo) a informação corresponde a uma fase específica e distinta do fenómeno info-comunicacional, irredutível às práticas documentárias e à fase comunicação ou de plena interação do dito fenómeno. López Yepes parece não ter dado a

devida atenção a estas subtis e cruciais diferenças, tendo caído, por isso, num óbvio reducionismo. Direi até mais: duplo reducionismo, ao manter a ciência da documentação no registo apenas da comunicação científica e por via desta colocá-la no seio da ciência da comunicação. É verdade, porém, que não lhe foi difícil ir buscar, ao exaustivo trabalho de revisão de literatura, mais autores para esta visão estreita. Ele não foi o único reducionista – ele instalou-se numa tendência, com raiz clara no legado de Otlet e La Fontaine, de aprofundar e renovar, ou modernizar a ênfase na informação científica e técnica. Como encontrá-la e disseminá-la?

B. C. Veckery procurou dar a sua resposta-contributo. O aparecimento nos EUA da *information science* trouxe consigo uma nova forma (através de uma surpreendente e estranha tecnologia) de processar e comunicar informação científica, mas trouxe, também, uma oportunidade de síntese entre a dimensão profissional (prática) e a da investigação científica (teórica): Harold Borko com a definição de *information science*, em um famoso artigo de 1968, terá sido “*el primer autor que fija el concepto de Ciencia de la Documentación en el campo de la Information Science*” (LÓPEZ YEPES, 1978: 131-132). E vários autores se seguiram, dando volume e/ou consistência a esta via, de origem norte-americana, de uma nova ciência capaz de incorporar, em seu seio, legados anteriores (LÓPEZ YEPES, 1978: 147-178). Conjunto vasto de achegas que López Yepes aproveitou para, em súmula, inscrever a sua “marca”: “*El término Documentación representa, pues, un papel más determinante que complementario. El dominio podría llamarse, en mi pensamiento, Información documental, que comportara un proceso informativo documental y una ciencia que lo tuviera como objeto y que podría llamarse Ciencia de la Información documental*” (LÓPEZ YEPES, 1978: 180).

A par do desenvolvimento da *information science* nos EUA, foi lançada, na extinta URSS, por Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskii, a base da teoria da informação científica sob o termo *informatika*, no quadro político-militar e económico da Guerra Fria (1945-1991). A. N. Nesmeianov, em prólogo à obra deles, *Fundamentos da Informatika*, esmerou-se em defini-la de forma minuciosa:

La Informatika es una nueva disciplina que estudia la estructura y las peculiaridades de la información científica, así como las leyes que rigen esta actividad, su teoría, historia, métodos y organización. En el presente libro se dan a conocer el objeto y los métodos de la Informatika, las características de los distintos tipos de documentos que se utilizan como Fuentes de información científica, los métodos de procesamiento analítico-sintético de los documentos, los principios conforme a los cuales se lleva a cabo la búsqueda de información y los medios para mecanizar y automatizar dicha búsqueda, y se describen los aparatos y equipos de copia operativa y reproducción de documentos. Se presta gran atención a los principios de organización de la actividad científico-informativa en la URSS y en el extranjero (cit. por LÓPEZ YEPES, 1978: 188).

Esta nova disciplina, que, em síntese, partia, de um lado mais concreto, da documentação e, do outro, da teoria da informação científica ou base teórica, que incluía o estudo das propriedades e das leis deste tipo de atividade informacional, não podia deixar de merecer especial destaque e um levantamento bibliográfico extenso, respeitante a autores da esfera de influência soviética (LÒPEZ YEPES, 1978: 194-214). E, no final do capítulo, surgem as propriedades da informação científica, segundo os pais da *informatika*:

Mikhailov, Chernyi y Gilarevskii vuelven al estudio del concepto de *Informatika* desde la perspectiva del concepto de *información científica*. Dan por resueltas cuestiones relativas a las posibles diferencias entre las actividades de información científica y las formas de trabajo bibliotecario-bibliográfico, al contenido de la palabra Documentación como parte de las actividades de la información científica y a la diferencia con *Ciencia de la Información*, que estudia todos los tipos de información, frente a la *Informatika*, que sólo considera la información científica. *Informatika* es, en efecto, “una disciplina científica que estudia la estructura y las propiedades generales de la información científica, así como las regularidades de todos los procesos de comunicación científica (LÓPEZ YEPES, 1978: 215).

Mais importante que a estrutura semântica da informação científica foi, para os autores soviéticos, a delimitação dos seus principais tipos (informação social e não social, dividindo-

se a social em semântica e não semântica e a semântica subdividida em científica e não científica) e o elenco das suas propriedades:

1. Inseparabilidade da informação científica do seu suporte físico;
2. Não aditividade, não comutatividade e não associatividade da informação científica;
3. Valor:
4. Natureza social;
5. Natureza semântica;
6. Natureza linguística;
7. Independência da linguagem e de seu suporte material;
8. Qualidade de discreta;
9. Cumulatividade;
10. Independência de seus criadores;
11. Envelhecimento;
12. Dispersão (LÓPEZ YEPEZ, 1978: 217).

Ao contrário de Borko e dos autores da definição proposta nas conferências do *Georgia Technological Institute* (Out. 1961-Abr. 1962), que o precederam, os soviéticos ousaram elencar as propriedades mencionadas na definição operatória que criaram. Do lado ocidental, só Yves Le Coadic, em 1994, ousaria fazer o mesmo (LE COADIC, 1996: 19-20; 1997: 23-24), independentemente das limitações, redundâncias e equívocos em que uns e outro caíram. Em 2002, autores portugueses considerariam relevante especificar quais propriedades seriam essas (SILVA; RIBEIRO, 2002: 42).

Para além da conceção norte-americana e da soviética, López Yepes deu destaque e mostrou simpatia pela ciência da documentação e informação (J. Koblitz, E. Pietsch e Diemer) , ou pelas ciências da informação (Gornot Wersig) alemãs (LÓPEZ YEPES, 1978: 166-181): as *Informationswissenschaften* eram “*aquellas disciplinas científicas que tratan de los procesos*

de la información a los que afectan sistemas de comunicación organizada". Neste sentido, *información* seria a "*reducción de la incertidumbre*" e os processos de informação seriam "*los procesos de comunicación llamados a reducir la incertidumbre*" (LÓPEZ YEPES, 1978: 167). Wersig, postulando uma base teórica mais adequada para essa disciplina, considerou que "*la base teórica de las Ciencias de la Información debe hacerse a partir de teorías contrastadas en la práctica mejor que con la implantación de grandes hipótesis*" (LÓPEZ YEPES, 1978: 167). E, neste sentido, propôs a Sociologia da Informação como uma espécie de subdisciplina "*de gran importancia para todo el conjunto de las Ciencias de la Información*" (LÓPEZ YEPES, 1978: 167). Por sua vez, J. Koblitz, em 1969, investiu, dando uma abordagem relevante para a concepção alemã, na definição do conceito de informação (palavra polissêmica que associa o processo e o objeto em simultâneo), que como "atividade" é a responsável por um complexo de ações em que se incluem a produção (mais tratamento e processo), a acumulação, a recuperação e a provisão da informação (mais a transferência e a recepção). Esmiuçando mais o conceito operativo, Koblitz distingue pensamentos e juízos de mensagem informativa: esta só ocorre quando há a conexão daqueles com suportes físicos de informação – distinção assaz controversa, sobretudo para a corrente mais radicalmente cognitivista, apoiada no caudal incessante de descobertas no âmbito das neurociências, na medida em que a informação semântica (carregada de sentido) já existe no cérebro humano e, por existir aí, é possível colocar um *chip* no cérebro de um doente tetraplégico e fazer com que ele mova/dê ordem a um braço-robô. Em 1969, data do livro de Koblitz, estas distinções "ingénuas" eram aceites e persistem ainda hoje... Como persiste outra ideia, defendida por Koblitz: o grau de originalidade, entendido por proximidade do original (talvez fosse mais correto dizer autenticidade), era irrelevante quanto à essência da informação, significando isto que seria impossível distinguir a origem das fases seguintes, admitindo que elas se sucedem sempre, nomeadamente a reprodução informacional (LÓPEZ YEPES, 1978: 179). Koblitz distinguiu, ainda, a informação semântica em científica e individual, usando-se aquela em trabalho social e o intercâmbio de pensamentos na esfera individual, ou de opinião (informação do dia a dia). Daqui partiu um esforço, sempre útil, de estabelecer uma ampla tipologia informacional (informação geral de que deriva a elementar e desta a

biológica e a social-humana, que é também de carácter psíquico). Esta última subdivide-se em informação quotidiana, especializada e social geral, aparecendo estas espécies estreitamente interrelacionadas. Mas, é sobre a especializada e a social geral, considerando o papel decisivo de ambas para o desenvolvimento da sociedade humana, que incidiu a atividade da ciência da informação e documentação, na perspetiva de Koblitz. O seu foco reside na informação social organizada e o seu contributo principal, numa eficaz coordenação dos contatos “informativos e comunicativos” entre as pessoas no seio da sociedade (LÓPEZ YEPES, 1978: 171). Com este e outros contornos sumariados por López Yepes, foi-lhe possível advertir que a ciência da informação e documentação alemã não é variante, nem tão pouco nova versão da *information science* norte-americana, como E. Pietsch, em trabalho de 1968, procurou demonstrar: no caso alemão, o conceito informação foi associado e, ao mesmo tempo, limitado pelo de documentação. E isto mesmo seria reforçado por Schober e Wersig. Já Diemer, mais claramente vinculado à “escola” americana, precisou diferenças da *informationswissenschaft*, em relação à teoria da informação e à *informatika* soviética, e sublinhou “*que la Ciencia de la Documentación e la Ciencia de la Comunicación mantienen significaciones diferenciadas, en parte subordinadas y en parte paralelas*” (LÓPEZ YEPES, 1978: 173).

Este último tópico é axial no posicionamento epistemológico de López Yepes, tendo-lhe dedicado dois capítulos (o 7 e o 8) da sua *Teoría de la Documentación*, mas esta é matéria que reservo para outro tipo de estudo³. Aqui e para rematar esta já longa sinopse do contributo do autor espanhol, interessa destacar como adaptou a novos tempos o legado otletiano de uma disciplina, cuja autonomia e identidade considerou evidentes, postulando a sua cientificidade ao evoluir para a vertente comunicativa:

Sin embargo, la construcción científica de la Documentación se inicia a partir de las teorías que contemplan en el proceso documental una fuerte carga de naturaleza informativa e incluyen a la disciplina en el amplio espectro de las ciencias informativas, es decir, aquellas

³ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando. Capítulo 2 – As Ciências da comunicação e informação: casos e desafios de uma interdisciplina. In *E-infocomunicação: paradigmas e aplicações*. São Paulo: SENAC; CETAC.Midia; Escola do Futuro. [No prelo, nesta data.]

que tienen como objeto de estudio un proceso informativo en que se dan los elementos habituales de emisor, medio, mensaje y receptor (LÓPEZ YEPES, 1978: 326).

Esta “colagem” da documentação às ciências da comunicação, constitui a especificidade do “caso espanhol”, ainda que tenha tido escassa expressividade na prática académico-institucional. Com efeito, são poucas as faculdades que juntam a documentação com a comunicação, uma associação formal que não corresponde a uma partilha estreita de disciplinas de ambos os planos de cursos, a uma intensificação de diálogo disciplinar entre os docentes de ambas as áreas, ou ainda a uma participação em projetos de pesquisa comuns. De específico, mas mais perene e generalizada, ficou a aposta conceitual e epistemológica na noção operatória de informação documental, posta em evidência por Jose António Moreira Gonzalez em *Conceptos introductorios al estudio de la informacion documental* (2005).

Nessa sinopse, editada conjuntamente pela Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil, e a Pontifícia Universidade Católica do Peru, Lima, o autor simplifica, logo no início do *Planteamiento general*, o posicionamento epistemológico, aceitando, como plenamente sinónimas, ciência da informação, biblioteconomia e documentação!... E, ao mesmo tempo, demarca-se de explicações, deste campo disciplinar, demasiado técnicas ou instrumentais e práticas, enfatizando a necessidade de fornecer, na Universidade, aos estudantes documentalistas, as bases teóricas da informação-documentação, dentro do marco indispensável da Sociedade da Informação (MOREIRO GONZÁLEZ, 2005: 15-26).

Seguindo uma linha mais clara que a de López Yepes, mas sem ousar, em relação a ele, algum substancial desvio epistemológico, Moreira González apresenta a informação como a “matéria prima” do conhecimento, estando os “sistemas de recuperação de informação” organizados precisamente para que as pessoas cheguem à informação, acedam a informar-se. E apresenta o fim ou objetivo dos documentos como o de “comunicar a informação”, na medida em que o seu destino só se cumpre quando a sua informação chega a alguém: *Los signos que contienen no existen si no se comunican. Por ello, el hecho informativo-documental es en sí mismo un acto de comunicación* (MOREIRO GONZÁLEZ, 2005: 61).

Estamos perante um processo documental que só fica completo quando a mensagem fica disponível para consulta, e a significação social se expressa através da comunicação interpessoal. Processo convertido em objeto específico da Ciência da Informação, que, para Moreiro González, “*se ocupará, pues, de los métodos de acceso y organización cognitiva a la información, que actuando sobre la información física, ayudarán y favorecerán su utilización y comprensión por los usuarios* (MOREIRO GONZÁLEZ, 2005: 62).

A informação documental, ou seja, a informação observável na sua materialidade, contida num suporte – o documento – ou meio/media que possibilita a perenidade no tempo da mensagem e a sua transmissão a quem dela necessite, constitui o foco da CI ou da CD. A informação só existe se for comunicada, recebida e convertida em conhecimento, para isso tem de se metamorfosear em documento, condição básica para haver conhecimento.

Embora o autor tenha tido a subtilidade conceitual de não reduzir a informação à noção de documento e tenha tido ainda o feliz ensejo de associar, do ponto de vista processual, documentação à comunicação, que é, sem dúvida, um traço teórico de grande importância e consequência, o seu posicionamento epistemológico insere-se dentro dos parâmetros fixados pela *teoría da documentación* espanhola. A CI ou CD tem no documento ou, que equivale bastante, na informação documental o seu objeto de estudo ou pesquisa exploratória, uma vez que o seu fim continua sendo facilitar/ajudar os usuários a aceder aos documentos e, naturalmente, ao conteúdo informacional que eles contêm. Não surpreende, e é por demais significativo, que Moreiro González tenha colocado, no cerne do seu livro, dois longos e densos capítulos: *Los sistemas de acceso y recuperación de la información; evolución histórica del acceso y control a la información documental*. E para rematar o resumo deste contributo teórico, vale a pena destacar a conceção interdisciplinar que o autor atribui a CI, apoiando-se numa gama variada de autores que desde, pelo menos, 1948 se empenharam em estabelecer o mapa de relações e contribuições da CI para e de outras ciências (MOREIRO GONZÁLEZ, 2005: 287-292). Este ponto, além de importante, parece-me pacífico, até porque não é confundível ou redutível com a perspetiva fragmentária, ou cumulativa, que afirmando a CI, historicamente como pós-moderna, a concebe como uma vasta e heterogénea interdisciplina.

Temos, pois, o documento desde Otlet (ainda que este visionário pressentisse, já em seu tempo, a emergência de outro conceito mais atual e abrangente... a informação) como o artefato que se organiza e explora e como o objeto científico de uma Bibliotecologia renovada. É, por isso, compreensível que Blanca Bravo Rodríguez tenha feito, para fins científico-pedagógicos, uma monografia extensa e útil intitulada *El Documento* (BRAVO RODRÍGUEZ, 2002), que já utilizei noutro estudo (SILVA, 2006: 43-66). Basta, por conseguinte, lembrar, aqui, a síntese final com que ela fechou o seu trabalho:

- a) se o objeto da Documentação é a informação, esta é maioritariamente informação registada num suporte e, conseqüentemente, documental, mas se, entretanto, se considerar o documento como objeto central, trata-se, então, de um documento informativo, ou seja, um ente que veicula uma potencial informação – não há diferenças entre as duas concepções, na medida em que a CD dirige seu foco para os conteúdos mais do que suporte, apesar deste ser necessário para que o documento exista;
- b) a par da CD, há outras disciplinas que estudam o documento ou a informação, mas o seu objetivo é a representação e a organização dos conteúdos documentais, com vista à sua recuperação de acordo com as necessidades informativas dos usuários, englobando, em si, a arquivística e a biblioteconomia; é a informação contida no documento e o documento que veicula a informação;
- c) à CD interessou a informação permanente em suporte estável, ou seja, a informação científico-técnica e a documental, que recolhida num suporte, permite uma contínua acessibilidade; mas, hoje, as instituições informativas (bibliotecas públicas, especializadas ou centros e serviços de informação) tendem a ampliar o espectro informativo produzido nos mais diversos contextos e espalhado pelo meio ambiente – tão variado e extenso que a própria *web* gera efeitos novos e surpreendentes como, por exemplo, a importante aproximação de objetivos entre arquivos, bibliotecas e até museus;
- d) há que distinguir o documento de fonte de informação e de recurso informativo, porque nele existe a vontade do emissor informar, ou deixar registo para a posteridade, ao passo que a informação é potencial, e os

- outros conceitos são mais genéricos, englobam o de documento e vão mais além, uma vez que pretendem agarrar tudo aquilo que proporcione a um usuário concreto informação, documentos, instituições e pessoas;
- e) a clarificação do conceito de documento depende do de informação, dado que esta só existe (é situacional e determinada pelo recetor), quando um usuário concede aos dados contidos, numa mensagem, uma utilidade que modifica, ou confirma o seu estado de conhecimento;
 - f) não é aceite que tudo seja informação, nem que tudo seja documento, assim como não é valorizada a informação efetiva nem a real, interessando, apenas, o conceito de documento portador de mensagens que contêm informação potencial para usuários indeterminados;
 - g) é englobado, dentro do conceito de documento, o documento científico e técnico que, sob diferentes suportes, é recolhido nas bibliotecas e centros de documentação e cuja missão é informar, designando-se, por isso, *informativo ou cognitivo*, e também o documento administrativo, próprio dos arquivos, concebido com valor patrimonial ou probatório;
 - h) a principal peculiaridade do documento de arquivo é a sua origem administrativa natural ou involuntária, que o dota de caráter testemunhal, em contraponto à origem voluntária do documento cognitivo, primordialmente informativo, consubstanciando, assim, a diferença de natureza e designação do fundo de arquivo e o da coleção de biblioteca;
 - i) no respeitante ao suporte, é proposta uma classificação provisória em quatro grupos, sendo a principal diferença a que divide os documentos analógicos dos digitais, além de ser introduzida a variável do acesso ao conteúdo, imediato ou mediatizado por aparelhos, a tangibilidade e a estabilidade do suporte;
 - j) o surgimento do documento digital, nos últimos tempos, levantou dúvidas a alguns sobre a permanência do suporte ser um traço necessário na noção de documento, e, a outros, que ambos são indissociáveis, daí que se use, na elaboração de bibliografias, o termo recurso em vez de documento digital. No entanto, a posição assumida é de que não há uma rutura entre o documento digital e o analógico, apenas uma mudança semelhante à que ocorreu com o aparecimento da imprensa no séc. XV;

- l) é específico do documento digital a não indissolubilidade da união entre suporte e conteúdo, o que possibilita a sua virtualidade, a fácil distribuição dos seus conteúdos e a problemática da sua conversão temporal, que é sacrificada a em um maior nível de distribuição espacial;
- k) o documento digital combina diferentes códigos de informação, no entanto, continua primando nele a textualidade, o que mostra ser a escrita, ainda hoje, o meio/canal principal de comunicação e daí o otimismo acerca da sobrevivência do livro tradicional, pelo menos como suporte de obras de criação, não conseguindo a tecnologia competir com a simplicidade e comodidade do papel;
- m) o documento digital é, além do mais, indeterminado, característica que deriva da sua hipertextualidade que o torna infinitamente encadeado e isto coloca o problema de que, para garantirmos a sua preservação, há que impor limites à sua natureza hipertextual, e os profissionais da informação terão de se empenhar na organização dos conteúdos e identificação do contexto, para que o usuário não se perca, ou bloqueie na escolha e busca do que precisa ou deseja;
- n) arquivos e bibliotecas deverão integrar os documentos digitais junto com os analógicos, pois essa convivência será previsivelmente longa, e ao usuário interessa a informação, não os suportes em que se encontra, podendo, por isso, concluir-se que, mais do que digitais, arquivos e bibliotecas hoje são híbridos e impõe-se a uniformização de formatos e daí o mérito de *markup languages* como é o XML (*Extensible Markup Language*);
- o) terão ainda que potenciar e normalizar a autodescrição dos documentos digitais por intermédio de metadatos, bem como proceder à avaliação e seleção do caudal exponencial de informação que se acumula dentro e fora do “ciberespaço”; e
- p) os arquivos procurarão salvaguardar a integridade e autenticidade dos documentos digitais, para recolocar a autoridade do documento escrito, e as bibliotecas perseguirão um sistema útil de gestão dos direitos de autor que permita o uso da informação, retendo um controlo razoável dos direitos dos documentos (BRAVO RODRÍGUEZ, 2002: 257-260)

A reprodução, o mais literal possível, da síntese conclusiva exposta, intenta que o leitor fique perfeitamente esclarecido sobre a posição epistemológica e profissional assumida pelos colegas espanhóis. Uma posição muito vinculada à matriz otleana, certamente demasiado vinculada... E o risco deste excesso terá sido o bloqueio e a inibição em sair da estreita esfera profissionalizante, evitando alguns saltos qualitativos que implicariam, parcialmente, alguma rutura. Exemplo concreto, desse bloqueio ou inibição, consistiu na efetiva “marginalização” do conceito documento-monumento introduzido por Jacques Le Goff, um dos destacados representantes da História Nova (filha dos *Annales* de Marc Bloch e de Lucien Febvre), no volume 1 da famosa *Enciclopédia Einaudi* – um conceito operatório de historiador para colegas do mesmo ofício, incitando-os a uma mudança de paradigma, isto é, ao abandono puro e simples da “ilusão positivista”:

Assim, Paul Zumthor descobria o que transforma o documento em monumento: a sua utilização pelo poder. Mas hesitava em transpor o fosso que consistia em reconhecer em todo o documento um monumento. Não existe um documento objectivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico, pode muito bem detectar-se ao nível dos dados mediante os quais a actual revolução documental tende a substituir os documentos.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objectivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder (LE GOFF, 1984: 102).

A concepção de documento sintetizada por Blanca Bravo Rodríguez toca, quanto ao essencial, na que Suzanne Briet expressou, em 1951, no livrinho *Qu'est-ce qu'est La documentation?*, sobretudo a partir de um exemplo que se tornou famoso:

Une étoile est-elle un document? Un galet roulé par un torrent est-il un document? Un animal vivant est-il un document? Non. Mais sont des documents les photographies et les catalogues d'étoiles, les pierres d'un musée de mineralogy, les animaux catalogues et exposés dans un Zoo. (...) par exemple, une antilope d'une espèce nouvelle a été rencontrée en Afrique par un explorateur qui a réussi à en capturer un individu qu'il ramène en Europe pour notre Jardin des Plantes. (...) L'antilope cataloguée est un document initial et les autres documents sont des documents seconds ou derives (BRIET, 1951: 7-8).

O antílope, quer no seu *habitat* natural, quer no jardim zoológico, continua a ser um animal e, como categoricamente afirmou Briet, um animal não é um documento. Uma fotografia ou uma referência catalográfica/descritiva desse animal já é um documento. Mas, se levarmos o animal para um contexto diferente daquele em que o encontramos, se o levarmos para um laboratório para ser estudado, aí se torna documento, segundo Briet. A ideia subjacente é a mesma que está patente na alínea “e”, supra, ou seja, a informação contida no documento só o é realmente em função do que acontece com o recetor, que terá de ver, na mensagem, utilidade ou novidade e mudar, assim, o seu estado de conhecimento. Estudar ou observar o antílope significa que ele passou para um “contexto diferente”, ou passou a existir em condições que permitem ao sujeito/observador a possibilidade de obter um novo conhecimento sobre esse animal, tornando-se, nesse sentido, um documento!... Esta perspectiva é dominante e aparece glosada com variações na vasta literatura disponível e, em particular, nos contributos selecionados para o exercício “arqueológico” desenvolvido neste item. Mais ainda: ficou consagrada, de certa forma, em verbete da supracitada *Enciclopédia Einaudi*, também no primeiro volume dedicado ao par *memória-história*. Krzysztof Pomian, à cerca da *coleção*, começa por enfatizar a perda de utilidade dos objetos/artefatos que acabam expostos nesse mundo estranho dos museus:

As locomotivas e os vagões reunidos num museu ferroviário não transportam nem os viajantes nem as mercadorias. As espadas, os canhões e as espingardas depositadas num museu do exército não servem para matar. Os utensílios, os instrumentos e os fatos recolhidos numa

colecção ou num museu de etnografia não participam nos trabalhos e nos dias das populações rurais ou urbanas (POMIAN, 1984: 51).

A par da perda de utilidade das peças da colecção, há que ter em conta os cuidados com que são tratadas essas peças para a sua perene preservação e, ainda, o valor de mercado variável, podendo atingir preços elevados. E importa, por isso, perceber o que é uma colecção de museu: para Pomian é *“um qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público”* (POMIAN, 1984: 53). Fora deste foco definatório ficavam *“todas as exposições que são apenas momentos do processo de circulação ou da produção dos bens materiais, e, por outro, todas as acumulações de objectos formadas por acaso e também aqueles que não estão expostos ao olhar (como os tesouros escondidos), qualquer que seja o seu carácter”* (POMIAN, 1984: 53). Mas, as colecções evidenciam um paradoxo: as suas peças mantêm valor monetário de troca, mas perdem valor de uso!... Paradoxo a que Pomian dá resposta, embora aqui nos interesse, sobretudo, valorizar algo essencial: a dimensão invisível do valor das peças. Pomian enfatiza que *“a liguagem engendra o invisível”* (POMIAN, 1984: 68) e que, a partir do Paleolítico superior, o invisível projetou-se no visível, *“pois desde então ele está representado no próprio interior deste por uma categoria específica de objectos: as curiosidades naturais e também tudo aquilo que se produz de pintado, esculpido, talhado, modelado, bordado, decorado... Por outras palavras, surge uma divisão no próprio interior do visível”* (POMIAN, 1984: 71). De um lado, ficam as *coisas ou objetos úteis* e, do outro, estão os *semióforos, objetos que não têm utilidade*, mas que representam o invisível, são dotados de um significado, expostos ao olhar e sem usura. O semióforo desvela o seu significado quando se expõe ao olhar (POMIAN, 1984: 72-73), afirmação de Pomian que o aproxima de Suzanne Briet e, conseqüentemente, permite inferir que o antílope no jardim zoológico converte-se em semióforo!...

À partida, não se pode colocar o contributo de Suzanne Briet, ou até as anteriores achegas dos espanhóis, no mesmo plano da *“teoria geral”* sobre informação e comunicação,

publicada por Robert Escarpit, em 1991, – um dos “pais” fundadores, junto com Roland Barthes e Jean Meyriat, da interdisciplina Ciências da Informação e Comunicação, instituída no meio universitário francês, entre 1972 e 1975 (MEYRIAT; MIÈGE, 2002: 56-57). No entanto, há boas razões para sumariar, aqui e não em outro item à parte, os fundamentos teóricos dos conceitos expostos no título dessa obra e, em especial, o conceito de documento, porquanto há alguma convergência de fundo, merecendo destaque a observação de Jean Meyriat e de Bernard Miège sobre a função de marco fundador desta obra: “(...) *n’accorde aucune place à plusieurs des courants théoriques aujourd’hui en vigueur, mais Il fait date en constituant la première et courageuse tentative en large française pour donner une base théorique à l’ensemble du domaine des SIC*” (MEYRIAT; MIÈGE, 2002: 54).

Em síntese, a abordagem sociológica, de contorno marxista, feita por Escarpit, especialista em literatura inglesa e professor da Faculdade de Artes e Ciências Humanas da Universidade de Bordéus, partiu do modelo mecanicista da “teoria matemática da comunicação” de Claude Shannon e Warren Weaver e da Cibernética de Norbert Wiener, sendo evidente o peso destes contributos na sua “teoria geral”. Escarpit reconheceu, aliás, explicitamente, que a teoria matemática da informação, sobretudo após Shannon e Weaver, constituiu um contributo decisivo e imprescindível à compreensão do funcionamento do aparelho de comunicação: “*On ne peut en aucun cas se passer d’elle, car seule elle permet de contrôler tout ce qu’il y a de physique dans la communication et d’en tirer le meilleur parti*” (ESCARPIT, 1991: 45). No entanto, era natural que ele dedicasse um capítulo da sua obra aos “limites do modelo mecanicista”, sublinhando, por exemplo, que o esquema mecanicista dos teóricos da telecomunicação é, apenas, uma “teoria parcial da informação”, porquanto ignora os aspetos psicológicos e sociológicos do antes-canal e do pós-canal. Para esses teóricos, o problema centrava-se no canal e não na fonte, que tem a ver, inevitavelmente, com o pensamento humano ou pelo menos de tipo humano, embora não possam ignorar a fonte, na medida em que ela condiciona as mensagens que o canal deve transmitir. Temos, assim, a noção de informação ligada a toda a forma de pensamento, ainda que rudimentar, “*pourvu qu’elle soit capable de prévoir, donc de supputer des probabilités, même si cette prévision n’est que la répétition d’un modèle qui se trouve imprévisiblement interrompue*” (ESCARPIT,

1991: 44). E, por fim, torna-se inevitável concluir ser errôneo o estabelecimento de qualquer fronteira entre o canal e o que vem antes ou depois dele: o canal formata a mensagem; e tudo o que não seja relevante ou pertinente, para esta pré-formatação da mensagem, converte-se em ruído, que tanto pode ser eliminado, como pode ser usado para confirmar o que é pertinente (ESCARPIT, 1991: 46)!...

Não se deve, porém, esquecer que o poder da “não-pertinência” e da verdadeira imprevisibilidade da enunciação é o que faz a originalidade única do pensamento humano. E, assim sendo, a estratégia seguida pelo autor, na elaboração da sua “teoria geral”, passou por uma clara humanização da tecnologia, sem rejeição do esquema mecanicista, assaz inspirador para a compreensão do processo comunicacional, e com ênfase no sonho cibernético, que, afinal, se desvanece diante do teste da palavra... E no capítulo 6, “Linguagem e linguagens”, deu a palavra aos linguistas e, em especial a Chomsky, desembocando na “tese” de que numa teoria da comunicação, que incluía fatos linguísticos, era fundamental a dicotomia acontecimento/documento. E no capítulo 7, “Comunicação e acontecimento”, atinge o ponto de clarificação ao lançar a afirmação/hipótese de que a comunicação é um ato, e a informação, o seu produto, entendida ou definida esta como estando ligada à incerteza de um acontecimento, de alguma coisa que se produziu na dinâmica cronológica, no seio da qual tentamos constituir uma identidade e um ambiente informacional estável:

On voit que l'analyse de la communication dans l'événement peut nous mener assez loin des schèmes de machines à communiquer, de réseaux et de systèmes. Mais ce n'est qu'une apparence car le paradoxe fondamental de la communication reste le meme: informer ou s'informer, c'est-à-dire utiliser l'appareil pour contrôler l'environnement ou participer au processus pour affirmer son identité, l'un impliquant l'autre et réciproquement.

Un débat est ouvert pour savoir si un journal est “un moyen de communication de masse” ou un “moyen collectif d'information”. En fait Il est les deux, si inconfortable que soit cette situation. Son role est precisement d'instaurer la communication dans l'événement, c'est-à-dire de figer provisoirement l'information dans un appareil en transformant l'événement en document” (ESCARPIT, 1991: 120).

O par informação-documento deu título ao capítulo seguinte e aí encontramos, logo no começo, um esquema sinóptico, muito interessante, em que as inovações tecnológicas, ocorridas desde a invenção da tipografia, mas, sobretudo, desde 1794 (telégrafo de Chappe) e de 1814 (tipografia mecânica), aparecem a desembocar, numa linha evolutiva, em quatro grandes categorias ou estados finais: o documento (livro e periódico/jornal), o semi-documento (disco, banda, cassete, filme e vídeo-cassete), a difusão (tv e rádio) e a “via linear”, associada apenas ao telégrafo elétrico (1844) e ao telefone (1876) (ESCARPIT, 1991: 122).

Definindo documento como *“um objeto informacional visível ou palpável e dotado de uma dupla independência em relação ao tempo”*, Escarpit chama a atenção para a sincronia, ou seja, a independência interna da mensagem que não é mais uma sequência linear de acontecimentos, mas, uma justaposição multidimensional dos traços, (ESCARPIT, 1991: 123) e para a estabilidade, ou seja, a independência global do objeto informacional, que não é mais um acontecimento inscrito no fluxo do tempo, mas, um suporte material do traço que pode ser conservado, transportado, reproduzido (ESCARPIT, 1991: 123). Duas propriedades do documento, e usadas até final do séc. XIX, a fim de assegurar a multidirecionalidade e a difusão da mensagem visual – fixação do documento num suporte fixo, a fim de garantir o sentido original do verbo publicar; e a inscrição do documento num suporte móvel e ligeiro, que pudesse ser transportado, processo consubstanciado na palavra livro e a reprodução manual, mecânica ou química, dos traços que constituem um documento sobre um número indefinido de suportes móveis e ligeiros que podem ser distribuídos, traduzida na “técnica da cópia”, tipografia e fotografia (ESCARPIT, 1991: 124).

A “linguagem fónica” interdita, pela sua própria natureza, à sincronia e à estabilidade, viria a juntar-se à “linguagem visual de traços”, surgindo, assim, a expressão de um compromisso que foi um velho sonho da Humanidade, por fim concretizado: – a escrita. Para Jean Cloutier, tratou-se de uma nova fórmula – o áudio-scripto-visual; considerada por Escarpit certa, mas incompleta, uma vez que não incluía as diversas funções do produto da escrita,

que é o texto; o produto da palavra (falada) que é o discurso; e o produto do traço que é o ícone (ou imagem visual fixa).

Centrando-nos no texto, e seguindo Escarpit, percebe-se que cumpre três funções: a icônica (sincronia interna da mensagem visual), a discursiva (criação de uma imagem espacial estável de um discurso inscrito no tempo) e a documental (estabilização do conjunto da mensagem mista – traço/ícone e palavra/discurso) (ESCARPIT, 1991: 124). Embora, aparentemente paradoxal, a estabilização não se opõe à ideia aceita por Escarpit de que informação consiste na incerteza de um acontecimento, de qualquer coisa que se produz na dinâmica cronológica, como atrás se referiu. Paradoxo aparente, segundo Escarpit, para quem a mensagem visual animada torna-se documento se for traduzida (e não apenas codificada) em ícone, no meio de um conjunto de traços justapostos, quer bidimensionalmente, por intermédio de um desenho ou de uma pintura, quer tridimensionalmente através de uma escultura (ESCARPIT, 1991: 126); e, ainda para quem a mensagem fônica passa, obrigatoriamente, pela tradução numa linguagem de traços e recorre ao compromisso da escrita (ESCARPIT, 1991: 126). Não admira, por isso, que o autor francês dedique atenção específica à leitura e à análise do texto e à análise e leitura da imagem (ESCARPIT, 1991: 126-140), antes de se concentrar num dos conceitos operatórios originais da sua proposta: o semi-documento.

Para Escarpit, o semi-documento não pode ser objeto de uma leitura, mas deriva, à falta de melhor palavra, de uma percepção, de uma receção sensorial conceitualizada:

N'étant pas stable et donc disponible, le semi-document est censé reproduire et reconstituer artificiellement, avec un certain nombre de contraintes, les conditions de la réception sensorielle de la vie courante. On y retrouvera donc à peu près toutes les démarches que nous avons l'occasion de décrire, y compris celles que font partie de la lecture du document écrit ou iconique. Un des traits que la lecture du document et la perception du semi-document ont en commun est l'absence l'un à l'autre de la source et du destinataire, leur inclusion dans des sous-systèmes différents, ce qui implique, rappelons-le, une relation univoque et une certaine frustration Du destinataire (ESCARPIT, 1991: 140).

Acresce a isto que o semi-documento baseia-se em “técnicas de geração e, eventualmente, de transmissão” assaz refinadas e complexas, que conferem ao produtor um papel relevante, sobrepondo-se ao autor, como sucede, por exemplo, no teatro e no cinema. O poder dessa técnica ou, melhor dito, dessa tecnologia, leva, no caso do cinema, a implantar no subconsciente de um espectador, e sem que ele disso se aperceba, uma imagem subliminar.

Por este e outros aspetos, pode-se sublinhar que, tomados no seu conjunto, os semi-documentos não possuem um estatuto uniforme e é possível distingui-los em dois tipos: imediatos (uma peça de teatro ou uma execução musical) e diferidos (um filme ou um registo sonoro). A televisão e a rádio, considerados aparelhos de difusão, usam dois tipos de semi-documentos, acrescentando a isso a mediação ou, melhor ainda, a intervenção informacional do sub-sistema de produção que controla o canal no meio da *régie* ou direção (ESCARPIT, 1991: 141). E, assim sendo, Marshall McLuhan e a sua famosa frase, inserta no livro *Understanding Media* (1964), “o meio é a mensagem”, são convocados, com distanciamento crítico, para responder a uma pertinente questão: qual é a mensagem que o recetor escuta ou vê (a da fonte informacional inicial, a do intérprete ou a do realizador)? O sentido que McLuhan deu a *medium* foi, segundo Escarpit, demasiado amplo, indo do vestuário ao computador!... Oportuno, se revelou para ele, explicar o entendimento mcluhaniano de media frios (transmitem sobre vários canais mensagens ambíguas, redundantes e em quantidade de informação superior à capacidade humana de absorção) e quentes (transmitem sobre um único canal mensagens não ambíguas, imperativas, lineares e que não concedem nenhuma iniciativa ao recetor), comentando, em seguida, que tal divisão não assenta em nenhuma experimentação plausível, mas apenas em simples intuições. Elege, também, como semi-documentos destacáveis, a rádio, o cinema (antitéticos entre si) e a televisão (um híbrido) e aplica-lhes as noções já testadas de “leitura objetiva”, de “leitura projetiva”, de “análise referencial” e de “análise simbólica”, mas com toda a indispensável prudência (ESCARPIT, 1991: 143).

Para encerrar esta sinopse da proposta teórica de Robert Escarpit, convém, agora, prestar alguma atenção ao seu último capítulo (intitulado “Os Problemas documentários”) estruturado em alguns tópicos sugestivos:

➤ “esquecimento e evocação”: a civilização atual (1991) caracteriza-se pelo crescimento exponencial dos documentos e semi-documentos que não cessa de gerar e, diante desta evidência, Escarpit conclui que é vão querer compatibilizar o espírito humano com a máquina e é igualmente vão querer simular com a máquina todas as performances do espírito humano (ESCARPIT, 1991: 152), o que implica encontrar “modos operatórios intermediários”, pertencentes ao domínio do *software*, que ajudem a fazer, no caso de uma memória artificial, os equivalentes atos de esquecimento e de evocação. Desde a mais remota antiguidade, a “memória documental” operou bem esses atos, permitindo o armazenamento e a recuperação da informação desejada. Os bibliotecários de Alexandria e, particularmente, Calímaco, foram os primeiros documentalistas que elaboraram “métodos de *software*” compatíveis, parcialmente, com as funções de esquecimento e evocação (através do catálogo) (ESCARPIT, 1991: 152-153). Vem, pois, de trás uma exigência evolutiva que, diante a imparável avalanche documental finissecular, tornava indispensáveis a “análise previewal” e o julgamento seletivo: *“qui en découle supposent une démarche d’oubli, c’est-à-ire la mise hors du champ de la conscience (en l’occurrence la non-inclusion dans le document intermédiaire) du non-essentiel, du non-pertinent, du redondant, acompaigné du maintien dans le champ de la compétence (en l’occurrence dans les stocks de documents) de la totalité de l’information enregistree afin qu’elle puisse être évoquée analogiquement selon toute interrogation éventuelle”* (ESCARPIT, 1991: 154).

➤ “recolha/apreensão do dado”: a sua qualidade depende de três parâmetros – o campo, a unidade e a grade. Segundo Escarpit, “sistemas de indexação evolutiva”, do tipo dos que eram usados pela Segurança Social, permitiam definir, em simultâneo, os campos, as grades e as unidades em função uns dos outros. O primeiro desses sistemas foi criado pelo bibliotecário norte-americano Melvil Dewey, conhecido pelo nome de “classificação decimal universal”, que Paul Otlet e Henri La Fontaine haveriam de adotar e “universalizar”. Outros exemplos, evocados são o *Library of Congress Index card* e, após 1973, o *International Standard Book Number (ISBN)*, ou ainda a classificação facetada do indiano S. R. Ranganathan, elaborada nos finais dos anos cinquenta;

➤ “os problemas lexicais”: o documentalista deve dispor de dois léxicos – um léxico geral que corresponda ao estado da língua do seu tempo, e um léxico especializado, correspondente à prática que serviu o estabelecimento do documento inicial : *“Pour être utilisables sur ordinateur, ces lexiques doivent prendre la forme de ce qu’on appelle, par rajeunissement d’un vieux terme, des thesaurus. Un thesaurus est une liste de mots-chefs , c’est-à-dire de mots possédant une haute valeur informative et une pertinence étroite au sujet, comme celle qui est constituée par l’index figurant à la fin d’un ouvrage. Mais cette liste doit être complétée par l’adjonction d’autres mots possédant un certain nombre de relations avec les mots-chefs: synonymie, paronymie, analogie, inclusion, antonymie, condition, etc. Un thesaurus ainsi compris est donc un excellent instrument de réécriture puisqu’il peut être entièrement codifié et qu’on peut l’augmenter indéfiniment par inclusion de nouveaux mots-chefs et de nouvelles relations. Il est en particulier susceptible d’un traitement informatique”* (ESCARPIT, 1991: 162). Esmiuçando a natureza e a elaboração adequada de um *thesaurus*, chega-se à distinção utilitária de diversos tipos de palavras: as palavras-utensílios (chamadas por vezes, impropriamente, vazias), que expressam relações sintáticas ou operatórias (gramaticais); e as palavras nocionais ou informativas, que se subdividem em três subcategorias: (a) palavras gerais, que pertencem ao vocabulário de base da língua; (b) palavras circunstanciais, que correspondem a nuances que o redator do documento quis introduzir em função da sua situação histórica; e (c) palavras específicas que correspondem à linguagem particular de um domínio científico, técnico ou artístico (ESCARPIT, 1991: 164). Mas, apesar desta variedade de tipos de palavras e à exceção das palavras utensílios, cuja função é claramente definida pela gramática, a função de uma palavra só é perceptível associada ao funcionamento de um texto;

➤ “da contração à análise”: da eliminação de redundância, que levada ao absurdo pode conduzir à evaporação de sentido, à análise de conteúdo, que significa ir mais além que a análise documentária, concebida para descrever e, eventualmente, para reenviar ao sentido do texto. Consiste em não reduzir o número dos elementos lexicais terminais das estruturas de superfície, mas sim colocar novos elementos lexicais terminais num nível menos “diferenciado” das estruturas profundas da árvore de reescrita (ESCARPIT, 1991: 165-167).

Como se vê, Robert Escarpit não esqueceu, na estrutura da sua teoria geral da “informação e comunicação”, as questões documentais, valorizando, assim, o contributo dado, pelo documentalista Jean Meyriat e seu parceiro, na fundação do campo disciplinar das CIC. Mas,

subsistiu uma indefinição sobre a designação da disciplina específica relacionada com as questões, as técnicas e “linguagens documentárias”: Documentação ou Ciência da Informação?

A escolha da designação haveria de ser feita, poucos anos depois, em 1994, por um documentalista, químico de formação (traço influente na sua perspetiva epistemológica), Yves-François Le Coadic, atrás citado, com a chancela institucional e prestigiada da editora PUF (*Presses Universitaires de France*), através da enciclopédica coleção de bolso *Que sais-je?* Aí, logo na introdução, a nova disciplina do campo CIC, instituído academicamente em França, é apresentada como tendo origem norte-americana e derivada da biblioteconomia, pelo que o seu objeto de estudo é a informação fornecida pelas bibliotecas públicas, universitárias, especializadas ou centros de documentação. Daí que a leitura pública e a história do livro tenham dominado os primeiros estudos realizados. Mas, depois seria a informação referente à ciência, às técnicas, às indústrias e ao Estado a tomar a primazia sobre aqueles assuntos, *“dinamizada pelo advento da tecnologia da informação e as necessidades crescentes de informação dos setores científicos, técnicos e industriais, bem como do grande público. A ciência da informação construiu-se, portanto, e se fundamenta atualmente, sobre essa base informacional”* (LE COADIC, 1996: 2-3). Para este Autor, era evidente que o objeto da ciência, publicamente apresentada como disciplina minimamente consistente e consensualizada, só podia ser a informação, definida como “um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual” (LE COADIC, 1996: 5). Definição, em parte, incomum porque associa o conceito de informação ao de conhecimento, mas entra, pouco depois, em contradição ao citar Bertram Brookes e ao acolher a sua fórmula de que uma porção de informação pode alterar o estado de conhecimento (os dois termos não seriam, afinal, sinónimos). A esta contradição soma-se outra: embora use e enfatize o termo informação, este corresponde a um conhecimento registado, ou seja, na linha “pontilhada” por Escarpit, Meyriat e outros, documento e informação são indissociáveis e isto aproxima a conceção francesa, em apreço, da espanhola, atrás escalpelizada a propósito da teoria da documentação ou da informação documental. Mais consistente é a relação que estabeleceu entre informação e comunicação,

quer por denunciar o equívoco gerado pela apropriação indevida, no campo das ciências humanas e sociais, da teoria matemática da transmissão de sinais de Weaver e Shannon, quer por se colar a Escarpit, repetindo, com ele, que a comunicação é o processo intermediário que permite a troca de informação entre pessoas, é um ato, um processo, um mecanismo, enquanto a informação é um produto, uma substância, uma matéria (LE COADIC, 1996: 13).

A “colagem” a Escarpit compreende-se e é reforçada em vários pontos do “livro-manual” , nomeadamente, ao incorporar os problemas documentais realçados por aquele sob a forma de uma resposta sistematizada: faz isso ao tratar do uso da informação, detendo-se sobre como identificar e analisar as necessidades de informação, ao focar a “interação informacional” entre gestor/mediador do sistema de informação e utilizador, ao abordar o “uso da informação e dos sistemas de informação” e ao destacar a importância da infometria. Acresce a isto a atenção prestada a conceitos operatórios, como os de citação e de hipertexto, de obsolescência e classificação, bem como aos métodos de análise dos documentos e da informação (LE COADIC, 1996: 65-67). E, por último, as técnicas tradicionais e as técnicas eletrônicas de informação, realidade palpável que possibilita a Le Coadic uma antevisão bastante segura, que em 2012, foi já, de algum modo, corrigida e ultrapassada:

Depois de amanhã, no final desta década [1990], a partir de nossa estação de trabalho, compulsaremos a esmo, à distância, as coleções de uma biblioteca, centro de documentação ou museu eletrônicos, que oferecerão, em linha, serviços de consulta e fornecimento eletrônico de informação. Armazenando informações selecionadas em diferentes fontes, os usuários formarão assim ‘manuais’ personalizados. Poderão também ter acesso a peças musicais e vídeos seja para uma audiovisão imediata, seja para captura e armazenamento. Crescerá a prática do pagamento pelo uso da informação. Essas instituições tornar-se-ão hipermercados da informação (LE COADIC, 1991: 99).

Num plano complementar às contribuições focadas, merece referência a preocupação surgida, entre os artistas de vanguarda (da *Land art*, *happning*, *performance*, arte de intervenção, etc.), confrontados com a natureza efêmera das suas práticas artísticas, tendo em conta o uso de tecnologias rapidamente obsoletas (o vídeo, a arte digital, a arte internet, etc.), admitiram, acompanhados por instituições implicadas no processo, a necessidade de “documentar” sistematicamente as obras. Uma iniciativa interessante que mostra a arte efêmera como um ato informacional instantâneo, surgido tal como a palavra falada que se materializa nas ondas acústicas, é partilhada e absorvida pelos recetores e desaparece, ficando sonogada à memória coletiva, que não à individual, e privada de temporalidade. Documentar a arte efêmera, na opinião de Anne Benichou, professora de história e teoria da arte na Universidade do Quebeque e organizadora do estimulante livro *Ouvrir le document* (BÉNICHOU, 2010), tem incidências importantes “*sur la notion d’oeuvre d’art, sur les pratiques muséales et sur l’écriture des histoires d’art. La documentation des oeuvres d’aujourd’hui est un des enjeux essentiels, voire l’une des conditions de possibilite, de la constitution du patrimoine artistique contemporain et du développement des discours critiques et théoriques*” (BÉNICHOU, 2010: 11). Investigar e refletir sobre as várias formas adotadas pelos artistas a fim de documentarem seus trabalhos⁴ permite evidenciar algo que no pensamento de Escarpit e de seus discípulos, dentro do campo das *SIC*, é desconsiderado, a saber: a arte nasce e materializa-se efemeramente e só perdura se ativada a função inscritiva num “suporte” duradouro (potenciadora de memória externa a cada pessoa, mas a todos respeitante); a arte ou informação é um fenómeno próprio e o processo documental, a produção de documento que possibilita a comunicação multidirecionada e assíncrona, será quando muito um epifenómeno derivado do informacional, mas, ao mesmo tempo, distinto dele. Note-se, aliás, que os substantivos arte e literatura acentuam o conteúdo, produto da criatividade humana, e omitem o suporte, ou continente em que esse conteúdo é posto e

⁴ Foi concluída há pouco, no âmbito do programa doutoral Informação e Comunicação em Plataformas Digitais -ICPD, parceria das Universidades do Porto e de Aveiro, desde o ano letivo de 2008-2009, uma tese de doutoramento que aborda precisamente esta problemática, sulcando terreno pouco explorado e contendo riscos e fragilidades que decorrem desse mesmo fato. Intitula-se *A Materialidade do Efêmero: a identidade nas artes performativas audiovisuais, documentação e construção de memória* pela Mestre Ana Maria da Assunção Carvalho (2012).

veiculado, ao passo que quadro e livro são palavras em que o documental se sobrepõe ao informacional. A materialidade do documento (seja em papel, seja eletrônico) não apaga a existência menos tangível da informação e esta subsiste conformada, ou ajustada aos limites materiais e formais decorrentes da “condição documentária”. Este é um tópico crucial e a sua discussão justifica o item seguinte.

2.2. Documento versus tic ou o discurso crítico da “razão cultural”

Mesmo aceitando que a obra seminal de Robert Escarpit perdeu influência e deixou de pontuar, na produção teórica do campo francês das CIC, e de pautar, ou inspirar as diferentes “perspetivas” dentro dele, parece-me evidente que a matriz teórica fundadora paira como marca de água em contribuições posteriores e relativamente recentes. Incluo neste conjunto o livro *Y-a-t-il (vraiment) des technologies de l'information?* de Yves Jeanneret, cuja primeira edição é de 2000 e, em 2007, teve uma segunda, revista e aumentada. E é esta que sigo para uma análise, que desejo impressiva e oportuna, da “tese” do autor, sugestivamente iniciada na pergunta do título...

Jeanneret, mais modestamente, esclarece que pretendeu, apenas, construir um ponto de vista crítico (no sentido etimológico e não meramente polémico) sobre a relação entre os dispositivos técnicos de suporte das mensagens e as práticas culturais, explicando, nomeadamente, as diversas mediações pelas quais urge passar a fim de se articular, não mecanicamente, uns com os outros (JEANNERET, 2007: 18). Mais precisamente, o intuito primeiro de dissipar a falsa simplicidade, consubstanciada na expressão “novas tecnologias da informação”, propondo, de seguida, meios para a análise das realidades que ela mascara. Enfim, uma abordagem problemática com quatro objetivos: (1) fornecer um utensílio cómodo para a formação dos estudantes em ciências da informação, da documentação e da comunicação; (2) oferecer a diversos atores (engenheiros, consultores, documentalistas e gestores de sistemas de informação, responsáveis industriais e políticos, etc.) a possibilidade de uma reflexão original, preciosa para todos independentemente do contexto de ação; (3) permitir aos professores, de todos os níveis e de todas as disciplinas, melhor integrarem, na sua atividade pedagógica, uma dimensão de reflexão crítica sobre os

objetos e as práticas informacionais; e (4) dar aos cidadãos e aos militantes, motivados por uma pesquisa implicada nestas questões, alguns argumentos contra os que poderiam querer “tomar bexigas por lanternas” (JEANNERET, 2007: 19).

Ao longo de quatro capítulos, o Autor propôs-se cumprir os objetivos fixados e não poderia deixar de eleger, para primeira etapa discursiva (primeiro capítulo), as quatro leituras possíveis de um texto fundador – o Fedro de Platão; mais precisamente o famoso extrato consagrado à crítica da retórica através da discussão das condições em que convém escrever e os riscos que a escrita comportava (JEANNERET, 2007: 25-28).

A primeira leitura proposta intitulou-a “temática: inscrições materiais e valores culturais” e consiste em mergulhar numa questão importante e atual, formulada pelo Autor deste modo: afirma-se, por um lado, o caráter determinante de uma invenção técnica (a escrita) para a cultura e, do outro, mantém-se a distinção entre a criação material dos objetos e a produção das idéias. Fica, pois, em discussão, a relação entre os objetos materiais e as capacidades intelectuais: *“en termes volontairement anachroniques – escreve Jeanneret – Il s’agit de décider si l’on peut dire de Technologies qu’elles sont intelligentes”* (JEANNERET, 2007: 30).

Platão achou que não, que a escrita estava dissociada da inteligência. E aqui reside, para o Autor, a atualidade do posicionamento de Platão, se considerarmos a oposição atual entre os que anunciam e acreditam que a rede ou internet dá origem a um novo universo cultural, “a cibercultura”, e os que apelam a um uso esclarecido do acesso às fontes informacionais. Mas, há outro aspecto que o leva a elogiar a perspicácia de Platão no diálogo entre Thamous, rei do Egito, e Teuth, inventor da escrita: a eficácia dos poderes de um “artefato cultural” diz respeito à memória, ou seja, à força de inscrição e de perenidade dos objetos culturais relativos a qualquer suporte material da cultura (JEANNERET, 2007: 30), precisamente o mesmo pretexto que leva Thamous a desconfiar da escrita, e Teuth a defendê-la tão entusiasticamente. Um entende que o ser humano conquista uma memória eterna, e o outro desconfia do poder menésico desse “suporte externo” à pessoa. E, indo mais fundo, o Autor entende que Platão teve o mérito de formular, com precisão, a questão da oposição entre exterior e interior, ou seja, a importância decisiva da criação de formas de exterioridade cultural, de dispositivos mediáticos que modificam as propriedades

temporais e espaciais da comunicação (JEANNERET, 2007: 31). Daí que, para Jeanneret, não lhe pareça excessivo dizer que, em seu princípio essencial, a teoria dos media, como próteses do corpo humano de McLuhan e, por consequência, as atuais teorias do multimédia, como “novo espaço sensorial”, aparecem formuladas, de modo sucinto, na filosofia de Platão. Mas, se pretendermos concentrar-nos, apenas, na função de registro do media, Jeanneret mostra que a introdução da escrita, tal como Platão a colocou, levanta alguns problemas essenciais:

- *les conséquences épistémologiques et cognitives d'un changement de système de mémoire* : de nouveaux supports documentaires imposent une nouvelle façon de produire les savoirs, de travailler, d'évaluer et d'admettre les idées (l'on n'exige pas la même chose de soi-même dans une société où existe l'écriture et dans une société où elle n'existe pas);
- *la dimension pratique des échanges intellectuels*: l'espace physique et le rythme temporel de la communication, son cadre social se modifient (les objets culturels connaissent un autre type de diffusion, et donc touchent des publics différents dans des conditions d'interprétation différents);
- *la dynamique de développement des pratiques culturelles*: les valeurs culturelles elles-mêmes sont affectées par ces données pratiques: on ne reconnaît, critique ou légitime pas le même type d'objets culturels dans une culture de l'échange direct et dans une culture de la trace, les relations entre auteur et lecteur, les pouvoirs exercés par l'un et l'autre sur les circuits du savoir, son profondément différents) (JEANNERET, 2007: 32).

A segunda leitura, sob o título “Desconstrução: a impossível exclusão da distância”, inspira-se na análise do Fedro por Jacques Derrida, no seu ensaio “*La Pharmacie de Platon*”, mas, Jeanneret admite, porém, que seu propósito analítico foi bem mais modesto e visou esclarecer o “estatuto dos dispositivos técnicos de inscrição” (JEANNERET, 2007: 34). Volta ao texto de Platão e chama a atenção para o papel que o termo grego *pharmacos* desempenha no decurso do diálogo: para os gregos essa palavra, próxima de elixir, significa uma substância introduzida no corpo para alterar o seu funcionamento natural, traduzida, às vezes, por “veneno”, outras vezes por “medicamento”, ou ainda “filtro”; e para um grego,

acrescenta Jeanneret, um remédio era sempre uma espécie de “veneno”, não se devendo usar o *pharmacos* senão nos casos em que a doença não desaparecia por ela mesma, isto é, tanto na Grécia antiga, como é repetido pela farmacologia contemporânea, todo o medicamento é um risco, comporta sempre uma “dose mortal”. Por isso, a retórica platónica de apresentar a escrita como um “veneno”, um *pharmacos*, visa preparar as condições para a sua recusa como artificial e externa ao humano. Visa estabelecer o confronto entre *pharmacos* e *logos*: se a escrita (o média, o registro) é desqualificada como artifício, o *logos* (ao mesmo tempo, palavra e pensamento) é, por sua vez, um “ser natural”, transparente e não mediado. Significa isto que a escrita traz consigo a noção de distância, porque sendo o registo do *logos*, que é primeiro, ela é segunda, introduzindo uma distância em relação ao originário: a partir do momento em que o *logos*, que “parece ser uma reconciliação do autor, do mundo e do pensamento”, circula por um suporte, perde o seu laço essencial com o pensamento (JEANNERET, 2007: 36). Seguindo por esta análise, constata-se que a escrita é uma transposição da palavra, possuindo esta uma “qualidade de origem absoluta”, pelo que a escrita não se opõe ao *logos* como um média a outro média, mas, como um média a um não média, uma memória “mediada” a uma memória sem mediação. Subjacente a esta posição está a noção de *reminiscência* platónica (as idéias são reais e foram concretizadas numa outra vida e a memória natural, humana permitia recuperá-las) e com ela uma retórica negativa da exterioridade, instituída por um dispositivo técnico, uma exterioridade que comporta uma clara perda, porquanto Platão desconfiava de qualquer “memória artificial” e acreditava na ideia, considerada falsa por Jeanneret, de que os homens podem pensar sem nunca recorrer à exterioridade e à materialidade (JEANNERET, 2007: 36-37). Há, assim, aqui, uma retórica platónica da presença (da imediaticidade), do “portador ôntico do *logos*” que, segundo Jeanneret, reaparece, paradoxalmente, na atual ideologia tecnicista e no discurso promocional a propósito das “máquinas de comunicar”:

Le désir de transparence et même de télépathie hante littéralement les hommes de la télécommunication (définie par Le créateur du mot, Edouard Estaunié, comme l’ensemble des moyens électriques de “transmission de la pensée à distance”) et la promotion des médias ne se

fait jamais aussi bien qu'en annonçant l'effacement de toutes les distances (JEANNERET, 2007: 37).

Em oposição a esta ideologia, Jeanneret evoca a crítica de Derrida e outros autores, como McLuhan, que mostraram que o desenvolvimento das disciplinas só foi possível pela criação de redes e pela conservação dos traços, ou, ainda, que os conceitos com os quais pensamos são inteiramente tributários dos suportes materiais das nossas trocas – perspectiva importante para o Autor, que estou resumindo, porque o pensamento deixa de ser encarado na exclusiva relação com seu “pai”, ou produtor, e no exclusivo diálogo entre mestre e discípulo, para ser tomado como construção social e intergeracional⁵.

A terceira leitura, “Problemática: confusão e distinção de níveis”, começa por fazer notar que, no diálogo de Platão, não foi visado opor o escrito ao oral. Pelo contrário, argumenta Jeanneret, que se a escrita é oponível ao *logos*, como o média ao não-média, é porque o “*logos* não é a oralidade”. O texto escrito (*logos* sem diálogo) se opõe antes ao homem dialogante, ao homem em sociedade (o que pode responder). Infere, por consequência, Jeanneret que, para Platão, o que estava em jogo não eram os méritos do oral e do escrito, mas, sim as relações entre o artefato técnico e a atividade de pensar consigo mesmo e com os outros. O Fedro não condena a escrita, apenas contesta a pretensão da escrita (isto é, um média de registo) a tornar-se “ser de inteligência” e mais do que isso, “ser de sabedoria”. Daí que, de acordo com o nexa argumentativo de Platão, os saberes não circulam pelo mundo inscritos em rolos de papiro, não se estabelecendo, através deles, uma relação “espírito com espírito”, porque esses rolos limitam-se a ser uma “coleção de objetos”. A escrita surge, assim e definitivamente, comparada ao saber e à memória (e não à oralidade), e é isto que Platão recusa, e Jeanneret assinala: a extraordinária atualidade da postura platónica. Jeanneret não resiste, aliás, à tentação de adaptar a declaração inicial do taumaturgo Teuth, repetida, quanto ao essencial, em inúmeros textos atuais sobre a “sociedade da informação”

⁵ Manifesta-se aqui o sociologismo de Yves Jeanneret e da generalidade dos docentes e investigadores formados e que se vão reproduzindo no seio das *Sciences de l'Information et Communication* (SIC), com vários polos em diversas universidades francesas. Trata-se de uma perspectiva redutora, na medida em que não leva em conta o fato de o “pensamento” ser individual, de matriz cognitiva e emocional, bem como social e intergeracional. Resulta dos dois fatores e não apenas de um deles.

e seus efeitos promissores e redentores: “Monsieur le Ministre, dit Teuth, le reseau des réseaux rendra les Européens plus savants et plus capables de gérer la connaissance. L’*élixir de la connaissance et du savoir a été inventé*” (JEANNERET, 2007: 43). Este exercício de atemporalidade da mensagem platónica permite, segundo Jeanneret, pôr em evidência dimensões que não foram detectadas em desconstruções anteriores: (1) Teuth não tematizou a natureza da escrita, apenas anunciou a contaminação de todas as ordens da cultura (a memória, o saber) pelos efeitos da técnica; (2) a substância do diálogo não consiste no valor da escrita, mas nos limites da ordem na qual ele opera, ou seja, o inventor, desprezando por completo o ponto de vista da receção, postula que o dispositivo (a escrita) operará mecanicamente sobre os espíritos; (3) a resposta desconfiada de Thamous coloca-se do lado da receção_(e não da produção), e rejeita associar a capacidade de acesso aos objetos com a capacidade de apropriação pessoal das idéias; e (4) a dimensão transformadora da escrita, e seus efeitos sobre a economia da cultura, foi revelada pela crítica de Thamous, e não pelo discurso apologético de Teuth (JEANNERET, 2007: 44).

A quarta e última leitura, “Intertextualidade: a escrita ausente”, inscreve o texto de Platão na história das teorias da escrita. A questão renova-se, sublinha Jeanneret, se tivermos em conta as pesquisas dos semióticos e dos historiadores das primeiras escritas: essas pesquisas que abordam a escrita como sistema simbólico, o seu valor expressivo e a respetiva epistemologia, permitem atingir uma definição plena de escrita, ausente até aqui, e “*les rapports si complexes établis jusqu’ici entre supports, distances, activités intellectuelles et valeurs sociales peuvent être explicitement formules*” (JEANNERET, 2007: 47). Sintetizando tudo o que ficara exposto para trás, Jeanneret elenca algumas premissas: (1) a escrita em Teuth é um objeto mágico e transparente, que visa amplificar as capacidades culturais dos homens; (2) no jovem Fedro, ouvinte-interlocutor de Sócrates, a escrita tem o estatuto de objeto de substituição; (3) em Thamous, é um instrumento de rememoração a partir da sua capacidade de registro: não sendo capaz de produzir uma memória, ou uma ideia, ela oferece um suporte à atividade intelectual; (4) em Platão, a escrita serve de pretexto para uma reflexão sobre a apropriação dos saberes, como atividade intersubjetiva (atividade a que fornece artificialmente um “contra-modelo”); e (5) em Derrida, como em Platão, a

escrita encarna a distância do pensamento a ele mesmo, que aquele coloca como necessário e constituinte e este como segundo e degradado, sendo que em ambos autores a escrita não é uma forma particular de mediação (JEANNERET, 2007: 47). Fora do debate, como se deduz da súmula feita, ficou a questão da forma da escrita e do que ela pode produzir de original, do que ela pode suscitar como pensamento, assim *“la question des transformations du message par le code écrit est-elle totalement manquée, et par là ce qu’on pourront nommer la dimension poétique des techniques concernées”* (JEANNERET, 2007: 48). Daí que seja indispensável introduzir um personagem importante em toda esta discussão que opõe o interior ao exterior: o leitor. É ele que opera em si mesmo um trabalho, ele entra em comunicação com outros sujeitos e produz saberes na relação que ele mantém com o objeto escrito: um objeto que lhe é, simultaneamente, interno e externo. Através do olhar do leitor, a escrita participa da intersubjetividade. A escrita é, acompanhando o ritmo argumentativo de Jeanneret, a imposição de uma forma, a começar pela da página, e que opera transformações, operando por antecipação: não se fala da mesma maneira numa sociedade onde se escreveu, ou onde se vai escrever. Aliás, o trabalho de escrita, para que apague a palavra viva, torna muitas vezes sensível toda a dimensão corporal da palavra. Se se fala, hoje, de comunicação não verbal isso implica que a comunicação verbal é uma comunicação não corporal (JEANNERET, 2007: 49). E, Jeanneret sublinha que há um corte epistemológico no fato da passagem de uma discussão do registro a uma discussão da forma escrita. Definir um objeto cultural como registro, memória, traço é insuficiente para abordar as mudanças, antigas e atuais:

Le discours attribué à Teuth et Thamous est bien un discours de Grec, impensable au sein de la civilisation égyptienne. Pour considérer l’écriture comme un enregistrement de la parole (et un enregistrement qui la conserverait sans l’affecter), Il faut supposer un système d’écriture destine a reproduire une dimension unique de la langue, sa dimension phonétique: tel est le codage alphabétique, qui exclut la dimension sémantique. L’écriture égyptienne, comme la chinoise, conjugue ce codage (sous une forme phonétique non alphabétique) avec d’autres, liés à la représentation visuelle du référent du mot (le logogramme) ou à l’indication d’une catégorisation conceptuelle (le déterminatif). L’écriture est donc pleinement, dans ces civilisations, une

symbolique du monde, liée à l'économie de la langue (à des niveaux plus riches que la seule organisation phonétique) mais dotée d'un pouvoir évocateur propre. Lorsque jê vois une série de hiéroglyphes, jê pense des choses, alors même que les mots de la langue me sont inconnus (JEANNERET, 2007: 50-51).

Sem avançar mais neste capítulo por uma história e uma semiótica das escritas, caminho retomado no capítulo 4 da obra, ao examinar “as escritas de ecrã”, Jeanneret extrai quatro conclusões essenciais: (1) os médias não podem ser definidos apenas como dispositivos de registro: são certamente objetos técnicos, mas cujas propriedades técnicas respeitam à organização e à manifestação de signos, não bastando, para caracterizar os medias, as considerações discutidas no diálogo de Platão, relativas ao espaço da difusão (da exteriorização) das mensagens e o tempo da sua memorização (da sua inscrição), pelo que há a acrescentar a forma que esses dispositivos impõem à expressão, bem como a invenção de “linguagens” pelos homens; (2) a análise dos objetos técnicos não se compreende fora de um estudo das transformações das mensagens, porque a mudança de suporte tem relação com a evolução do espaço das formas, o que se traduz numa metamorfose das mensagens, daí que seja importante não dissociar a técnica das “linguagens” (a tecnologia da semiologia), sugerindo inclusive que a técnica se tornou uma “técnica de linguagens”; (3) o que os média tratam e transmitem não são informações, entendido este termo no sentido humano e social: o que se transmite são objetos materiais, cuja materialidade permite a manifestação de certo tipo de signos inscritos numa longa história (a das formas escritas na sua diversidade) e, por vezes, os dispositivos modificam a natureza dos signos, permitindo até a criação de signos novos ou devolvendo presença a signos abandonados); e (4) os sistemas de escrita são o fundo mais importante dos objetos culturais atuais, pois a sua tradição, profunda e rica, formada por sucessivos estratos, constitui o “pano-de-fundo” de todas as novidades: as “novas tecnologias” são essencialmente tecnologias de produção de signos visuais (as escritas de ecrã), nas quais a apropriação de saberes, sua construção e sua partilha passam pelo olhar do leitor na medida em que, por um lado, toda a disposição escrita se justifica por uma antecipação da leitura e, por outro, porque todo o documento só se torna um saber sob o olhar de um leitor que o interpreta – em suma, são tecnologias do

espaço antes de serem tecnologias do tempo, e não são objetos de memória, mas apenas “ligares” de memória (JEANNERET, 2007: 52-53).

O segundo capítulo do livro de Jeanneret, intitulado “Nouvelles Technologies de l’information: une expression mal formée”, reparte-se por quatro pontos bastante expressivos: “1. “Pavê de rumsteck” ou Fonte de Juventude?”, “2. Poder de cálculo, necessidade do sentido”, “3. IT, TI, NTI?” e “4. E a comunicação? [NTI ou NTIC?]” (JEANNERET, 2007: 58-88). Uma escolha bem ajustada à crítica desenvolvida pelo Autor através de uma instância que não é kantiana (nem a “razão pura”, nem a “razão prática”), mas, se preferirmos, escarpiteana – a “razão cultural”.

No capítulo 2, Jeanneret começa com a pergunta se a escrita, quando surgiu, não foi uma “nova tecnologia da informação” (NTI) e confessa que a primeira resposta a dar poderia ser sim, uma vez que ela foi uma técnica, uma prática nova em consequência dessa invenção e conserva traços do que se pode chamar hoje informação, no sentido contemporâneo, possível de “rememoração”. No entanto, apressa-se a esclarecer que *informatio* não é *hypomnêsis*, nem *techné*, além de que o adjetivo novo, em NTI, significa algo contemporâneo, que terá a ver mais com informática do que com informação. E, nesse sentido, a escrita sobre papiro não poderia ser uma nova tecnologia, porque não era informática. A expressão possui, na ótica de Jeanneret, uma forte duplicidade: ela reenvia a algo que ocorreu na Suméria, no terceiro milénio antes de Cristo, e que tinha a ver com a invenção permanente de novos suportes da informação social; e, ao mesmo tempo, o que define o sistema técnico contemporâneo, como diferente de todos os que o precederam, é o fato de tratar da informação medida com meios matemáticos. E, começando deste modo, Jeanneret visou tecer um exame crítico dos termos próprios da expressão e demonstrar a hipótese de que ela comporta “alguma verdade, isto é, ela designa alguma coisa que não chega a descrever” (JEANNERET, 2007: 57).

Para atingir o objetivo proposto, seguiu quatro andamentos.

No primeiro andamento, arranca com a necessidade de se saber o que significa a partícula “de” no meio da expressão “tecnologias de informação”. A questão, diz ele, é central, nada secundária:

Les “Technologies de l’information” sont-elles taillées dans l’information, comme le pavé est taillé dans le rumsteck, ou seront-elles pourvoyeuses de jouvence (ou voudrait l’être?) Sont-elles fabriquées avec l’information ou fabricantes d’information? L’information est-elle leur matière première ou leur résultat? (JEANNERET, 2007: 58).

A primeira grande confusão surge com a ideia de que estaríamos diante de um processo de tratamento de uma matéria prima, a informação. Poderá a cultura, pergunta-se Jeanneret, ser como a informação e, ao mesmo tempo, um *input* e um *output*? Desfazendo confusões, o Autor convoca a necessidade de distinguirmos informação matemática e informação social, uma distinção que considero importante e mais adiante é formulada em termos equivalentes: “código lido pela máquina” (a informação 1 de Jeanneret) e a informação humana e social (a informação 2 para o Autor francês). A informação 1 tem a ver “com a linguagem de programação” e não é lida ou percebida pelo leitor normal, posto diante do ecrã, que só entende a informação baseada, em palavras, algarismos, figuras, etc. Daqui, conclui Jeanneret que a expressão em análise contém duas “*definições completamente distintas da palavra informação*” (JEANNERET, 2007: 59), visto que uma se situa no quadro de um certo tipo de procedimento técnico, e a outra no quadro das práticas sociais. Este é um ponto crucial na economia da argumentação de Jeanneret e, para mim, a linha da nossa divergência de fundo, porque a definição de informação que adoto e é apresentada num item mais adiante, abarca esses dois tipos “completamente diferentes” de informação - não são ambas representações mentais codificadas por um ser humano com usabilidades distintas?

Assinalada a divergência, importa frisar uma convergência importante: Jeanneret prossegue o discurso, explicando a teoria matemática da informação, para que se perceba o cuidado a ter no seu uso excessivo e generalizado. Essa teoria foi criada para resolver um problema

assaz específico: permitir a um dispositivo automático, de que o telefone é um caso típico, a transmissão de uma mensagem (um sinal) o mais fiel e economicamente possível. Nada mais do que isto, que sendo simples, implica um sem número de complicações e dificuldades (JEANNERET, 2007: 60-62). Nesta noção está ausente a riqueza e a complexidade do sentido, da significação (interpretada por cada sujeito) e, por isso, recomendava todas as cautelas em comparar e, pior ainda, em extrapolar. Jeanneret lamenta, e eu com ele, as imprudentes apropriações que não tardaram, e cresceram, e cita a de Roman Jakobson, pai das “funções da comunicação”, que consistiu em atribuir, sem fundamentação epistemológica, à comunicação social as propriedades dos sistemas de telecomunicações (emissor, canal, código, etc.). Outros autores ousaram falar de “ruído” e de “sinal”, a propósito das produções culturais. Um uso equívoco e gerador de imparável confusão. Para contrariá-lo, há que buscar a questão de fundo e achar respostas: “em que medida a existência de dispositivos de tratamento de informação pode afetar a nossa maneira de produzir, conservar e interpretar a informação?” (JEANNERET, 2007: 64).

Num segundo andamento, prossegue a análise das relações da informação¹ com a informação², perguntando se a “nossa cultura é doravante submetida ao poder sem partilha da informação¹” ou se a linguagem cedeu lugar ao cálculo. Perspetiva-se, no horizonte, a possibilidade da cultura ser regida pelo cálculo e é no domínio da imagem, “cette relation sensible au monde”, que o triunfo do cálculo produzirá os efeitos mais alienantes (JEANNERET, 2007: 65). Novo equívoco, esclarece o Autor: o cálculo não substitui a linguagem, ou a imagem, como a informação¹ não pode substituir a informação²: o tratamento mecânico não consegue erradicar a questão do sentido e da atividade de interpretação, porque estas, ao limite, aparecem quando se tem de definir o que será tratado como informação pelo cálculo (e não como ruído); apenas “uma cultura da interpretação permite ao homem apropriar-se dos resultados do cálculo informático” (JEANNERET, 2007: 65). A escolha de exemplos visa mostrar as diferenças em jogo e há um exemplo que merece rápida referência: é o dos motores de busca na internet. Um motor de busca é “objeto duplo”, porque consegue ser, num espaço que nos está escondido, um dispositivo de cálculo que realiza operações de registro e de medida estatística sobre um

conjunto considerável de caracteres e, ao mesmo tempo, num espaço de escrita-leitura é uma mensagem que apresenta signos, segundo convenções que o utilizador da rede deve conhecer para aceder a diversos textos (JEANNERET, 2007: 69). Um dispositivo emblemático das “tecnologias de informação” e que evidencia três transformações essenciais por comparação com um catálogo de biblioteca: (1) o espaço de inscrição das mensagens não é o mesmo, na medida em que um catálogo se implanta sobre volumes e superfícies extensas, e um motor de pesquisa não pode, por sua parte, oferecer uma representação de um fundo documental, senão sobre o espaço limitado de uma superfície de ecrã; (2) a máquina ocupa-se de uma parte das operações realizadas até pelo homem; e (3) o utilizador não vê mais uma parte de operações de onde procede o que se lhe tornou visível e entrega, assim, à máquina e aos seus mentores, uma parte considerável das atividades que ele mesmo praticava na pesquisa documental. Há, pois, aqui uma dimensão invisível, invisibilidade existente no tratamento documental clássico e que é agora muito mais densa e extensa (JEANNERET, 2007: 69-70). Em síntese, um motor de pesquisa ou de busca é informação¹, é uma máquina de calcular muito potente, uma máquina incapaz de interpretação das mensagens, mas que funciona segundo um programa portador “de uma conceção de sentido das mensagens, uma teoria da comunicação explícita ou espontânea, que ninguém põe em causa, nem o utilizador que não a vê, nem a máquina que não a compreende (JEANNERET, 2007: 70). Resulta disto que a máquina dá a ver uns documentos e não outros, mais precisamente dará a ler os metadocumentos, os documentos redigidos sobre os documentos ou gerados automaticamente, segundo uma forma fixa. A tensão entre informação¹ e informação² gerou, entretanto, informação³, que coloca duas grandes questões respeitantes à cultura social:

Savons-nous contrôler ce que nous confions à la machine et dont nous nous dépossédons (ce que nous acceptons de ne plus pouvoir interpréter, afin d’accéder à d’autres messages)? Savons-nous mesurer les consequences des pouvoirs qu’acquièrent ceux qui configurent, par l’information¹ + 2, l’espace possible de notre lecture et de notre écriture? (JEANNERET, 2007: 71-72).

O terceiro andamento, aprofunda a crítica terminológica, detendo-se, para tanto, no detalhe das expressões qualificadoras: “tecnologias de informação”, “novas tecnologias de informação”, “novas tecnologias de informação e comunicação”, etc. Expressões diferentes e organizadas sempre em torno de um “nó comum” (a tradução da expressão americana “*information technologies*” – IT), indicam que se trata de algo mais do que um simples frente a frente, entre o objeto técnico e a informação. E, para desvendar esse algo, Jeanneret propôs-se saber em que é que as “tecnologias são novas”, por que se designam de “tecnologias” em vez de, simplesmente, “técnicas”, e ainda indagar a hesitação entre “tecnologias da informação” e “tecnologias da comunicação”. Jeanneret lembra que é próprio da cultura técnica contemporânea convocar sistematicamente a categoria de novidade, porque desde sempre, quando apareceu e se começou a usar, toda a técnica é nova (não existia antes). No entanto, hoje o sentido do adjetivo, aplicado à vertiginosa sucessão de objetos que não param de surgir, sofre usura, ganha uma aceção particular, exemplificada de forma emblemática pela internet: aperfeiçoada desde que surgiu, através de múltiplas e específicas contribuições, ela tornou-se um complexo conjunto de recursos, em cujo nome se introduz uma sucessão numérica que sinaliza de alguma forma uma rutura com a realidade anterior: assim, a *web 2.0* rompe e supera a *web 1.0*, e a *web 3.0* descola ainda mais das precedentes... A novidade em causa resulta, afinal, de uma mistura de atos técnicos e de práticas culturais, afirmação ilustrada com vários exemplos. Portanto, Jeanneret conclui que a novidade é, essencialmente, um assunto de apropriação e de cultura, cabendo, segundo ele, às CIC (ciências da informação e comunicação) intervir e desmontar a estratégia, seguida pelos produtores de objetos de apresentar toda a mudança na aparência dos objetos, para que possa ser considerada uma alteração técnica significativa e uma alteração culturalmente não menos decisiva. Intervenção necessária, dado que o sentimento de novidade nunca emana do objeto técnico propriamente dito, nunca é direto, é sempre oblíquo, ou seja, intertextual (feito da reescrita de textos), intersemiótico (feito do reencontro de diferentes linguagens) e intermediático (circulando entre vários suportes). Tomando como exemplo a internet, ou melhor dizendo o discurso sobre a internet, observa-se um foco constante sobre

le basculement de nos regimes médiatiques: on passerait des medias d'interaction, on passerait des supports fixes aux flux d'échanges, on quitterait la linéarité pour gagner la multidimensionalité, on cesserait d'assister à l'information pour l'expérimenter, on abandonnerait un web editorial pour attendre un web social, etc (JEANNERET, 2007: 78).

A novidade é ilusória e é relativa: não há a passagem de uma “médiasfera” a outra, mas apenas uma perpétua troca entre médias; o jogo entre eles é que contribuiu, decisivamente, para a novidade da internet, não sendo esta sozinha a consubstanciar a categoria de novo, conseqüentemente, ela não pode ser isolada de uma complexa economia intermediática, onde, por exemplo, se situa o livro.

Entrosa, neste aspeto, outro que tem a ver com o equívoco de se considerar o objeto, como essência ou um “em si”, plasmado, segundo Jeanneret, no termo “tecnologias” (no plural): se quer significar que elas são mais que simples objetos, são discurso ou pensamento (*logos*) e é, também, a importação, sem qualquer distância crítica, de uma palavra da língua inglesa ou americana *Technologies*, cuja complexa história mostra, resumindo bastante, ter designado, a princípio, a técnica (contemporânea); depois a fundação de uma ciência da técnica (situada para além das meras propriedades do “aparelho”) e, por fim, usado no plural, as “*categories d'objets qui ont pour propriété, précisément, de materialiser une nouveauté technique, de séparer ce qui est nouveau (les Technologies) de ce qui est traditionnel (les techniques)*” (JEANNERET, 2007: 80). Estas três designações estão ligadas, embora a sua origem seja diferente (a primeira nasceu em França no séc. XVIII, a segunda na Alemanha no séc. XIX e a terceira, o plural, nos EUA na segunda metade do séc. XX) e mais do que isso, podemos estar a assistir a um novo vigor da sua conjugação, ou seja, a presença no discurso das três aceções referidas. E, neste sentido, “tecnologia” não é um sinónimo pretensioso de técnica, porque este termo, manifestamente, não serve para designar um computador ou um telemóvel, enquanto o plural inglês tem a capacidade de concretizar multiplicando (função sintático-semântica que havia já no latim). Verifica-se, assim, uma pressão intermediática, e para lhe escaparmos, Jeanneret entende que ganharemos mais,

falando de aparelhos, dispositivos e médias. Fazendo isso, fica mais claro e preciso o tópico específico de reflexão: analisar o que podem permitir de novo, no sentido cultural do termo, os medias informatizados, que são dispositivos constituídos por aparelhos de tratamento de informação, no sentido matemático do termo, e tendo, por efeito social, fazer circular mensagens e, através disso, tornar possível trocas de informação, de interpretações, de produções de conhecimentos e de saberes na sociedade (JEANNERET, 2007: 82). O Autor chega, assim, ao ponto em que apresenta a noção que trabalhará no resto da obra – os media informatizados – e passa a usar exclusivamente informação no sentido 2, isto é, em sentido exclusivamente social.

Mas, antes de entrarmos no terceiro e quarto capítulos, impõe-se uma passagem rápida, pelo quarto e último andamento, atrelado a uma hipótese de pesquisa importante: a confusão entre informação¹ e informação² permite encarar os medias informatizados como objetos cognitivos, em vez de enfatizarmos a sua dimensão de interação comunicativa. A confusão denunciada estende-se à hesitação com que se opta ora por NTI ou NTIC, podendo aquela expressão significar, apenas, o emprego de aparelhos que transformam representações do mundo, informações e fazem-nas circular, enquanto esta introduz a vertente comunicacional marcada pelo verbo interagir. A hesitação entre NTI e NTIC mostra que o que está em jogo é um ponto de vista para qualificar o objeto e a sua novidade. E, para ilustrar isto, Jeanneret recorre a dois exemplos baseados em pesquisas aplicadas – o projeto Mailbox e o projeto de pesquisa, conduzido no Norte de França, sobre bancos de imagens históricas (JEANNERET, 2007: 84-85). Ambos os exemplos - o uso que num contexto escolar os alunos fizeram do computador ou dispositivo mediático e que um conjunto heterogêneo de cidadãos fez de um banco de imagens históricas – mostram que o dispositivo mediático foi muito mais que um mero espaço de aquisição de informação² e tornou-se, afinal, uma oportunidade para desenvolver relações comunicacionais (JEANNERET, 2007: 85-86). Extraindo leituras dos exemplos dados e, em especial, do segundo, Jeanneret conclui o andamento com uma ideia importante, no âmbito do seu argumentário, e rejeitada neste meu ensaio analítico-crítico: não há representação da informação em si, mas apenas por outro, porquanto a informação é uma relação que se

estabelece entre um objeto e um olhar; a constituição de um documento, ou de um conjunto documental, nunca é uma pura representação do mundo⁶.

Entro agora nos terceiro e quarto capítulos, rematando depois esta sùmula de leitura, pontualmente comentada, com a mensagem essencial (do meu ponto de vista) da Conclusão. Nesses dois capítulos, a análise apóia-se no olhar semiológico e este reconfigura os médias informatizados e disseca a “escrita de ecrã” como unidade mais linear do que hipertextual e, sobretudo, como unidade de texto materializada, desmentindo, assim, a “boutade” promocional dos tecnólogos da “desmaterialização da informação”.

O capítulo 3 – “Du mode d’existence des médias informatisés” – principia com uma questão, que uma vez posta, leva à formulação de uma resposta minuciosa em três itens. A questão é: em que medida o aparecimento dos médias informatizados pode afetar a maneira como circulam os objetos culturais nas sociedades? (JEANNERET, 2007: 91) E para que não subsistam dúvidas o autor esclarece que médias são dispositivos permitindo trocas significantes entre os homens e condicionando, de uma certa maneira, a forma das trocas (JEANNERET, 2007: 91). Os médias não são objetos técnicos como os outros, constituem uma categoria muito singular de objetos. Fazem, é certo, parte das nossas próteses técnicas, mas eles são, em simultâneo, algo mais que simples próteses: “*si les médias informatisés maitrisent certains phénomènes physiques (ondes électriques ou lumineuses, affichages de photons sur un écran, etc.), ce n’est pas pour agir sur la nature, mais sur la façon dont les hommes se rencontrent, échangent, signifient*” (JEANNERET, 2007:92). Eles abrem a possibilidade de se dar a um texto ou, por extensão, a elementos de informação², uma difusão social nova e isto permite-nos indagar a sua influência sobre a cultura: um reator químico, que controla automaticamente as doses de produtos, “mexe” com informação¹

⁶ Há aqui uma indistinção falaciosa praticada por Jeanneret: a informação é tecida por representações internas e externas, mas a sua materialização documental não pode ser uma “representação pura do mundo” (interno ou externo) porque é já um ato social (ou sócio-cultural como dirá Jeanneret) mais preciso, não se podendo, em rigor, confundir informação com documento, assim como o mesmo Autor francês obviamente não confunde informação com comunicação. É óbvio que Jeanneret tem uma clara preferência conceitual pela informação², que ele concebe dentro da noção de documento, preocupando-se muito com o fato de que hoje é mais difícil do que nunca fato de que hoje é, mais do que nunca, difícil “*définir [afirmar e validar culturalmente] ce qu’est un document, son circuit et son public, dans un cadre de communication qui se propose de devenir transparent, égalitaire et planétaire*” (JEANNERET, 2007: 87).

(será apropriadamente designado, segundo Jeanneret, uma “tecnologia de informação”), mas um periódico impresso só trata de informação², não sendo, portanto, uma “tecnologia de informação”, embora participe do processo técnico de mediatização, o que impulsiona Jeanneret a formular a hipótese de que devemos olhar para as “tecnologias de informação”, antes de mais como médias, e procurar saber, neste quadro, o que a sua informatização muda ou afeta a sua condição de médias (JEANNERET, 2007: 93).

Num primeiro item – “A materialidade documentária: do suporte ao texto” - Jeanneret abre a discussão acerca da ideia muito difundida de que a documentação estaria, hoje, ultrapassada, enquanto disciplina, tornando-se urgente a passagem de uma “era da documentação” a uma “era da informação”. Ideia sedutora, mas radicalmente falsa e, por isso, adverte que, para se perceber a novidade dos meios informatizados, não se pode desligá-los da “*profundidade histórica das construções documentárias*” (JEANNERET, 2007: 95). A revolução tecnológica em curso pressiona os bibliotecários, os documentalistas, os arquivistas, os conservadores de museu, a evoluírem nas suas competências, voltadas agora para novas exigências de mediação e são obrigados a aderirem à campanha promocional das *tic*, com aparelhos e aplicações de *software*, aceitando a mudança “*du documentaire vers l’informationnel, dans les congrès de bibliothécaires, dans les débats sur l’enseignement secondaire, dans les journées d’études associatives et industrielles*”⁷ (JEANNERET, 2007: 96). Refutando claramente essa tendência, Jeanneret sublinhou que ela pode levar-nos a desvalorizarmos ou até negarmos os laços reais entre os aparelhos, as idéias e os papéis (individuais e sociais), dando exemplos que contrariam saudavelmente esse desvio “abstrato e logicista face à informação”. O primeiro exemplo, que convoca, é o dos historiadores, para quem a “*informação emerge do confronto do investigador com o documento, que é, em simultâneo, uma forma particular, um traço, um monumento do passado e um objeto tomado em circuitos sociais e intelectuais precisos*” (JEANNERET, 2007: 96-97). Chama, também, a atenção para a “informação maior”, que se desprende da materialidade de um

⁷ É muito interessante que Jeanneret reconheça e se demarque completamente de certa tendência ou pressão surgida no seio das “*sciences de l’information et de la documentation*” em favor da *information science* norte-americana, considerada “*une vraie science en bonne et due forme*” (JEANNERET, 2007: 96).

caderno judicial específico ou da estrela de David costurada nas roupas⁸ (JEANNERET, 2007: 97). Chega, assim, à afirmação conseqüente de que o *“suporte não é apenas um simples suporte, desde que seja considerado um espaço significante potencial”* (JEANNERET, 2007: 100), evidenciando a sua matriz de semiólogo, bem patente, aliás, no complemento que faz, de seguida, a respeito da noção de texto, que adota e que reconhece não ser consensual, isto é, está sujeita a dois tipos de objeções: a iconicista e a ilusionista (JEANNERET: 105-108). Uma noção, imbricada na de objetos mediáticos (*“dispositivos técnicos de textualização”*), que nos obriga a entender o texto como forma geral de organização de um espaço de expressão, que seja legível e que *“as mensagens não nos chegam senão sob uma forma material, concreta, organizada”* (JEANNERET, 2007: 106).

Num segundo item – *“Médias e cultura: dos objetos às práticas”* – não tarda a aparecer a *“tese”* lançada por Robert Escarpit, desde os primeiros tempos das SIC, *“tese”* basilar para Jeanneret, que a completa e explica assim:

Le point sensible, paradoxal, est le suivant: s’il faut accorder une importance décisive aux objets documentaires, c’est précisément parce que l’information n’est pas un objet, mais une relation posée face à l’objet. Si les medias informatisés sont si importants, ce n’est pas parce qu’ils transmettent une information transparente, mais bien au contraire parce qu’ils permettent un certain type d’opacité, sans laquelle aucune information ne pourrait jamais être produite, et que cette opacité est le lieu de socialisation de la culture. Ce qui constitue l’information, c’est l’interprétation d’un document, en fonction de sa forme matérielle, par un sujet qui le perçoit et en comprend le sens, en vertu de la culture des formes sur laquelle reposent toute légitimation et toute transmission culturelles (JEANNERET, 2007: 112).

Para Jeanneret, e muitos seguidores desta perspectiva, que eu designaria de comunicacional e culturalista, a informação reduz-se a interpretação produzida sobre determinado texto, contido em determinado documento: o exemplo citado da carta que Einstein dirigiu ao

⁸ O autor francês não vê necessidade em distinguir, por exemplo, a informação figurativa contida na estrela desde a sua conceção, desenho e estampagem das conotações e denotações que ela suscita no sujeito que a usa, ou que a depara. E esta distinção é, a meu ver, essencial e traça outra divergência importante com Jeanneret.

Presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, em 1939, dando-lhe conta que os físicos alemães trabalhavam num projeto de bomba atômica e aconselhava-o a antecipar-se, ilustra muito bem a “tese”, que não perfilho e este ensaio ergue-se argumentativamente contra ela, de que o valor informacional da carta não resulta apenas do conteúdo textual, mas, de um conjunto de fatores como as circunstâncias históricas e o estatuto simbólico tanto do remetente, como do destinatário, sucedendo, ainda, que esse mesmo texto, ao ser republicado num periódico científico com outro contexto, mudou completamente a informação, isto é, mudou a leitura do texto, logo a informação (JEANNERET, 2007: 113-114)!...

Num terceiro item – “Elementos de metamorfologia: da conexão à edição” – o objetivo é responder às questões: em que as propriedades dos medias modelam as condições de nossa ação cultural? Em que medida modificam as formas desta ação? A resposta do Autor assenta em quatro níveis: o topológico, o pragmático, o operatório e o editorial da análise morfológica. O topológico refere-se ao impacto que os dispositivos mediáticos têm nas coordenadas espaciais e temporais, causando a impressão de distâncias eliminadas e de tempo contraído: a internet tornou planetário, no sentido topológico do termo, “a comunicação dos documentos” (JEANNERET, 2007: 128). No entanto, não se pode exagerar, nem embarcar na idéia excessiva de McLuhan da “aldeia global”, porque são decisivas as nossas pertenças locais, as materialidades em que estamos inscritos e os contextos propriamente culturais, a partir dos quais interpretamos as mensagens recebidas (JEANNERET, 2007: 128). E outro desencontro entre topologia e cultura tem a ver com o fato de que nunca se acede a todos os documentos presentes na rede, visto que eles não circulam livremente e não são universalmente partilhados. O pragmático ou a dimensão pragmática da mediatização concerne à interação humana (o telefone permitiu, por exemplo, a interação vocal à distância), mas empobrecida, porque mediada tecnologicamente e sem a presença dos corpos e de sua potência comunicacional (JEANNERET, 2007: 130-131). A dimensão operatória-documental dos médias tem a ver com as novas funcionalidades técnicas e com as possibilidades dos textos e documentos, comprometidos por essas funcionalidades, ressaltando três propriedades adquiridas pelo

escrito informatizado: facilidade de conservação e transmissão, sua estruturação lógica explícita e sua submissão ao cálculo; propriedades ligadas entre si e que, segundo Jeanneret, sem suprimirem toda a distinção entre produtor e consumidor, possibilitam a publicação de documentos para um amplo público, com baixos custos e alcance quase ilimitado. E, por fim, Jeanneret chama a atenção que os textos, impresso e informatizado, evidenciam diferenças mais facilmente no plano operatório, que na sua forma propriamente semiótica e na sua formatação editorial, postulando, em jeito de remate, a “dimensão poética da forma” (quanto à identificação e à modificação das novas formas do texto) e que não permite falar mais de média em geral, mas de um média em particular com suas propriedades de textualização particulares (JEANNERET, 2007: 135).

No quarto e último item – “Perplexidades: da descrição à compreensão” – surge a síntese da análise produzida ao longo do capítulo através de, pelo menos, três modos de existência dos *médias* informatizados: (1) um modo morfológico: os objetos possuem propriedades observáveis que operacionalizam as condições de nossa intervenção cultural tanto em nível de produção, como em difusão; (2) um modo político: a construção dos *médias* integra, de fato, nos objetos e representações, atividades de conhecimento e dinâmicas de reconhecimento social dos saberes, que uns mobilizam e a que outros ficam sujeitos; “*les acteurs ont une compréhension inégale de ces réalités, qui affecte, souvent à leur insu, leur relations de pouvoir*” (JEANNERET, 2007: 143-144); e (3) modo imaginário: há um imaginário com que representamos, designado também “topológico”, pois a representação repousa sempre sobre figuras da retórica que procedem do deslocamento, os tropos, e acrescente-se que este imaginário é largamente ilusório, relativamente às propriedades reais dos dispositivos, mas não deixa de produzir menos efeitos reais e poderosos nas práticas culturais (JEANNERET, 2007: 144).

O quarto e último capítulo, desta obra-marco de Yves Jeanneret, intitulado “L’écrit d’écran: lire, écrire et un peu davantage”, sem dúvida aquele em que o semiólogo plenamente se projeta, merecerá atenção em outro tipo de estudos, bastando, aqui, um apontamento geral e sucinto. Trata-se, sem dúvida, de um capítulo importante centrado em torno de uma expressão criada por Emmanuel Souchier, que terá fundado teoricamente a informática

como escrita e formulado, com Jeanneret, as primeiras definições a partir das quais a análise dos “escritos informatizados” foi assumida (JEANNERET, 2007: 149). O capítulo está distribuído por quatro itens ou “andamentos”: “Um objeto, um olhar”, “Verdadeiras e falsas mutações do processo de comunicação”, “O texto informatizado, um objeto (in)apreensível” e “As metamorfoses do escrito no coração da informação”.

Sendo, como todo o objeto de pesquisa, um objeto construído, a noção de “escrito de ecrã” pode ser considerada por três perspetivas complementares: (1) considerar as formas criadas graças ao micro-computador como formas escritas, e analisar as transformações mediáticas da informática como transformações do espaço do escrito; (2) dar um papel estruturante ao objeto ecrã, na sua forma própria de acordo com as técnicas informáticas, que determine as condições de interpretação dos escritos, relacionando tudo isto com um pensamento mais geral sobre o ecrã; e (3) saber que este nível visível da comunicação não se constitui uma inscrição, no sentido tradicional do termo, mas um dispositivo dinâmico que produz formas visuais a partir de traços codificados e conservados na parte não visível do dispositivo (JEANNERET, 2007: 151-152). É interessante notar que esta perspetiva articula-se com o que mais adiante será tratado, a propósito da desconstrução que faço de “objeto digital”, noção criada e empregue pelos informáticos. O que está em jogo é compreender a comunicação potenciada pelo “ecrã de escrito” baseado na informação², que eu designo por informação humana e social. E, um ponto-chave para Jeanneret, que não me parece controverso, embora tenha de ser matizado está patente neste breve extrato:

En matière d’écrit d’écran, passer de l’information¹ à l’information², c’est essentiellement passer du calcul statistique à la pensée visuelle, par l’intermédiaire d’un objet (support, document, texte) donné à lire, c’est-à-dire à regarder d’une façon particulière. Considérer l’écran informatique comme une surface d’écriture-lecture, c’est s’inscrire dans la continuité des études qui montrent que l’écrit organise la communication d’une façon particulière, qu’il n’est pas un simple transcription de la parole (JEANNERET, 2007: 153).

Neste sentido, Jeanneret considera que anunciar a passagem do escrito ao ecrã, equivaleria substituir o texto pelo seu suporte, o que seria um erro absurdo, como é óbvio: o ecrã

informático desenvolve seu potencial dentro do binômio escrita-leitura e, ao contrário do ecrã da televisão, que apesar de possuir a mesma designação comporta propriedades técnicas diferentes, é um “espaço comandado a partir da leitura” (JEANNERET, 2007: 155). A partir daqui, parece-me ajustado, tendo em vista o propósito assumido de sumariar o essencial da proposta teórica de Yves Jeanneret, elencar várias idéias e considerações que, no seu todo, ajudam a caracterizar e perceber esta noção operatória axial no processo de investigação sobre se as *tic* verdadeiramente existem:

- a) olhar toda a produção informática, como uma forma que faz texto e que exige ser globalmente interpretada, é muito importante para a análise dos escritos de ecrã (JEANNERET, 2007:
- b) a análise dos *médias* informatizados exige uma postura particular em semiótica, que consiste em nunca separar o signo da sua materialidade, porque o essencial do sentido relaciona-se com o que Hjelmslev apelidou “plano de expressão”, ou componente material do signo (JEANNERET, 2007: 155);
- c) o ecrã é um operador de metamorfose para o escrito, ou seja, é um suporte cujas propriedades técnicas formam e deformam os textos: a principal propriedade do suporte informático é a concentração num mesmo suporte de uma quantidade textual nunca vista, daí que o termo mais adequado fosse “unimédia”, mas a hiperbolização praticada pelos inventores da técnica levou-os a inventar um termo equivocado – “multimédia” (JEANNERET, 2007: 156);
- d) o texto de ecrã é investido de um imaginário de infinito e de plenitude e, ao mesmo tempo, é, enquanto forma semiótica, o objeto mais exíguo que conhecemos: ele só nos apresenta, de cada vez, uma única superfície textual, assim como, aquilo que designamos por “navegar”, consiste em ler os signos presentes nessa superfície como índices de outras fontes textuais possíveis – estamos perante um paradoxo que é o nó teórico da semiótica dos escritos de

- ecrã e que opera, permanentemente, “um jogo do visível e do invisível” (JEANNERET, 2007: 156);
- e) entre a versão de “O Pequeno Príncipe” em livro impresso e em ecrã multimédia, há várias semelhanças e uma distinção importante: naquela pode virar-se a página, nesta não, e enquanto no livro virar a página não implica nenhuma interpretação, no caso do multimédia clicar numa palavra, ou num ícone é um “ato de interpretação” (JEANNERET, 2007: 157);
- f) há três termos, três pseudo noções muito espalhadas pela comunidade científica e informática, que exigem uma desconstrução crítica: a imaterialidade, a integração e a interatividade (JEANNERET, 2007: 159);
- g) a imaterialidade deriva da hipérbole (figura de exagero), a integração da metonímia (figura de extensão) e a interatividade da metáfora (figura de analogia), sendo que a primeira força ao extremo a plasticidade dos medias a ponto de eliminar o suporte; a segunda leva a admitir que os documentos, por serem uniformizados tecnicamente “no cálculo”, são unificados culturalmente na “automeiação” ; e a terceira é vendida como uma capacidade que as máquinas possuem de agirem como os humanos (JEANNERET, 2007: 159-160; e 163-171);
- h) dos três termos destacados e criticados, o mais carregado de ideologia é “imaterialidade” ou, seu complemento, “desmaterialização”: *“Rêver que l’information serait devenue immatérielle relève à la fois d’un puissant fantasme de transparence et d’une tranquille indifférence à la réalité observable”* (JEANNERET, 2007: 160);
- i) a questão “este documento é verdadeiramente interativo?” significa que “o respetivo ato é uma interpretação que se exerce diante de um texto ou apenas uma competência que se verifica diante de uma tarefa?” e a resposta de Jeanneret é a de que só na primeira hipótese a noção “interatividade” possui uma efetiva e rica dimensão cultural (JEANNERET, 2007: 170-171);

- j) na maioria das análises da comunicação informática tem sido negligenciada a importância do texto, quer por que os sociólogos, que se ocupam bastante desta temática, preocupam-se, sobretudo, com os usos sociais dos objetos técnicos, quer por que uma parte da informática foi construída contra a cultura do texto, patente no termo cunhado por Stevan Harnard “*skywriting*” (“escrita no céu”), que aponta claramente para uma “comunicação sem texto” (JEANNERET, 2007: 173);
- l) o termo “hipertexto” que expressa plenamente esta conceção “anti-texto” é, por sua vez, paradoxal: seria aberto e não fechado, bifurcada e não linear, orientado para o leitor e não controlado pelo autor, mas o prefixo “hiper” traz, para a ordem do sentido, a hipérbole, indicando “um texto mais texto que o texto”, ou seja, com as características que se visam contrariar e abolir (JEANNERET, 2007: 174, e 174-176), o que mostra, afinal, e este comentário é meu, o chocante descuido linguístico com que a terminologia informática tem sido criada!;
- m) no universo dos escritos de ecrã e de rede, Jeanneret encontra plasmada nas “aplicações” (*logiciels*) de ajuda, na escrita e na leitura digital, a noção de arquiteito (ao mesmo tempo na origem e no controlo do ato de escrita), assim como a noção de “predileção semiótica” (a reinvenção constante do texto pelos que o manipulam, dando-lhe a sua forma, em suma: “*l’écrit informatisé n’est ni abstrait ni réduit au calcul. Il engage le corps des sujets*” (JEANNERET, 2007: 179);
- n) o escrito de ecrã produz, incessantemente, a textualização, sem nunca veicular um texto, ao se entender por este uma entidade material e formal bem circunscrita, e esta indeterminação das fronteiras do texto permite aos autores dos diversos *websites* analisados, como mostrou o estudo de Sara Labelle citado por Jeanneret, ocupar um lugar simbólico particular na ordem dos discursos sobre a transformação do social (JEANNERET, 2007: 180), na

- medida em que, ao deixar aberta a identidade do texto, confere toda a sua força à retórica do legítimo e do evidente (JEANNERET, 2007: 181);
- o) tomando exemplos concretos de arquitextos (ou aplicações de ajuda na escrita e na comunicação) como o “correio eletrônico”, o “*power point*” e os *CMS-Content management systems*, pode mostrar-se como cada qual redistribui a relação entre escrita e prática (JEANNERET, 2007: 185-188); e
- p) as pesquisas mais recentes numa biblioteca, em redações, em consultorias, na universidade, em associações, etc, é que as formas informatizadas do texto e dos procedimentos de mediação intervêm de maneira mais ou menos profunda nesta malha, sempre vasta e complexa, das escritas e das leituras (JEANNERET, 2007: 191).

Ao longo dos quatro capítulos é perceptível, mas na Conclusão fica mais claro, o posicionamento epistemológico das *SIC* (francesas), reivindicado por Yves Jeanneret, no estudos dos objetos mediáticos e sua incontornável prática cultural, bem como uma evidente militância contra uma “certa colonização terminológica do discurso científico pelo discurso promocional” (JEANNERET, 2007: 198). Uma militância que faz sentido se vertida, como Jeanneret e seus colegas de “comunidade”, na agenda de investigação: isso mesmo propõe ao referir o aparecimento da expressão “*Web 2.0*”, que nada tem de neutra, que anuncia, segundo ele, uma mudança radical da comunicação, consubstanciando a amálgama bem conhecida “do técnico, do simbólico e do político” (JEANNERET, 2007: 197). Ela constitui “*un coup de force particulièrement violent dans l’économie de nos langages*”, uma vez que nos impõe designar, segundo o código dos criadores e construtores de plataformas digitais, uma alegada transformação da nossa sociedade: “*En toute rigueur, les chercheurs en sciences de l’information et de la communication devraient protester vigourement. Ils peuvent traiter cette expression comme une forme idéologique à analyser, mais pas la reprendre pour supposer l’existence ontologique de ce qu’elle prétend décrire*” (JEANNERET, 2007: 197).

A crítica tecida pela “razão cultural” das SIC, bem apresentada por Yves Jeanneret, é um contributo importante na reformulação do conceito de documento que não se pode nem evitar, nem adiar. As suas fragilidades maiores foram já assinaladas e no que falta deste ensaio serão aludidas, sendo vários os pontos de convergência com o essencial da matriz epistemológica da CI trans e interdisciplinar, desenvolvida na Universidade do Porto e do projeto em curso das CCI (Ciências da Comunicação e Informação, à portuguesa).

[A II parte continua na edição n.º 18 da PRISMA.COM]